

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

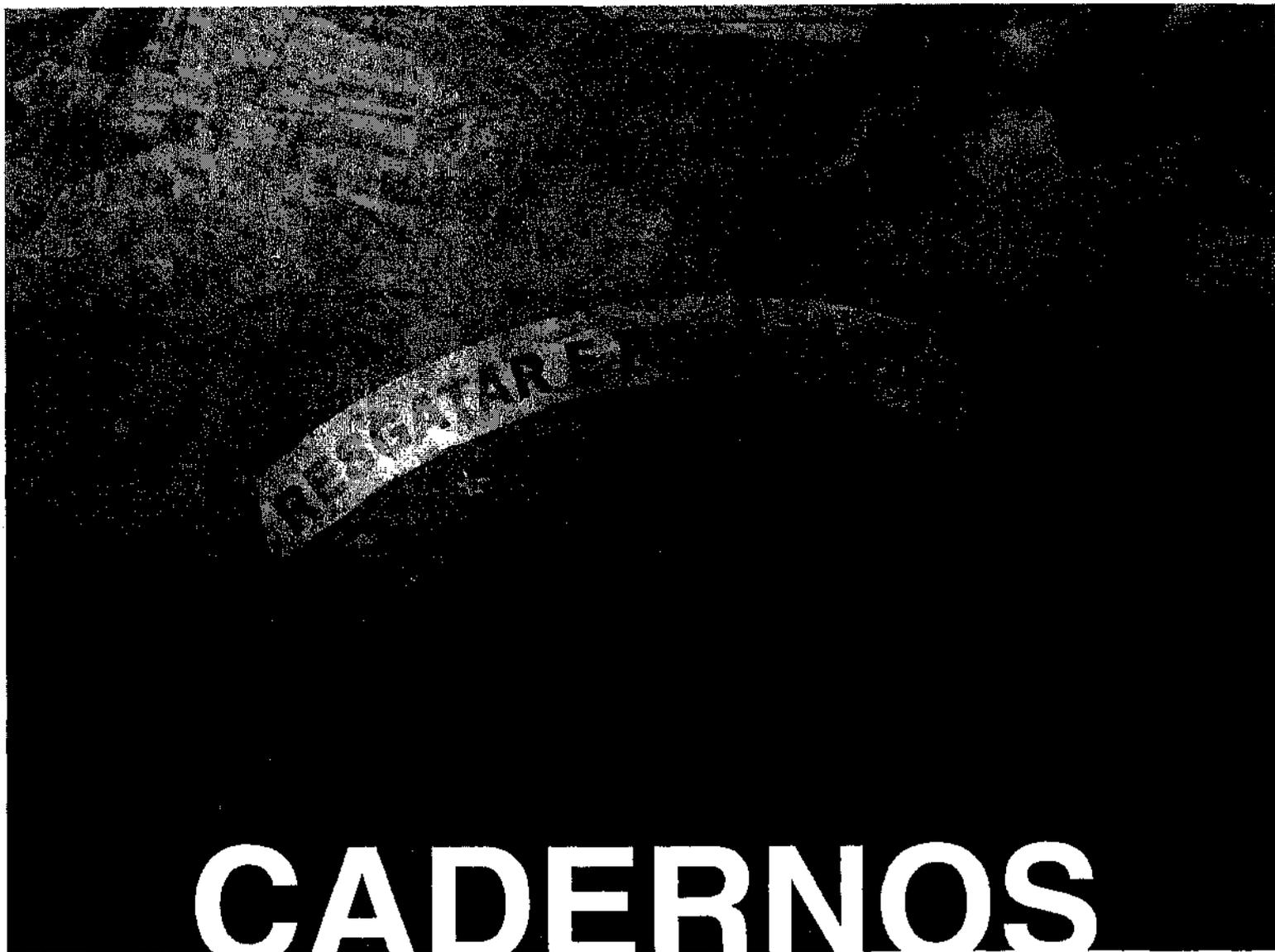
DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423



CADERNOS

ANAIS & MEMÓRIA Nº 5

Indexação Temática dos Documentos

**COMISSÃO DE DEFESA
DO CONSUMIDOR / CDC - Vol. 1**

Brasília - 2008

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@ cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

APRESENTAÇÃO

Como parte do projeto PUBLICAÇÕES ON-LINE, de resgate e preservação da Memória, apresentamos os títulos lançados da Série Cadernos:

Nº 5 COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / CDC – Vol. 1

Nº 6 LEI ORGÂNICA: DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Os números lançados anteriormente, e relacionados abaixo, estão disponíveis na Intranet: 3ª Secretaria / Anais e Memória:

Nº 1 DEPUTADOS DISTRITAIS E SUPLENTE: EVANGÉLICOS – Volumes 1 a 4

Nº 2 INSTALAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Nº 3 OS 17 ANOS DA CASA DE LEIS DO DISTRITO FEDERAL NOS 50 ANOS DE TAGUATINGA

Nº 4 "O PIONEIRO" ROTARY CLUB DE BRASÍLIA

Brasília, agosto de 2008


Deputado Dr. Charles
Terceiro Secretário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

PARÂMETROS DE PESQUISA

Documentos Triados:

Configuradores da trajetória da

Comissão de Defesa do Consumidor - CDC

MINERAÇÃO DE TEXTOS E DADOS

- Recolhidos documentos Notas Taquigráficas no Setor de Taquigrafia
- Recolhidos documentos Relatórios de Atividades no contexto original:

www.cl.df.gov.br/portal/processo-legislativo-1/comissões/permanentes/CDC

- Recolhida imagem no contexto original:
<http://adivertido.com/wp-content/uploads/2008/03/consumidor1.jpg>

GESTÃO DE PRECISÃO

Periodicidade: fevereiro de 2000 a julho de 2008

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

INDEX

TRAJETÓRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC

- 1. O PAPEL DAS COMISSÕES
TEMÁTICAS DO LEGISLATIVO
E SEU FUNCIONAMENTO:
SEMINÁRIO**
- 2. DISCUSSÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM COMISSÕES PERMANENTES DA
CÂMARA LEGISLATIVA:
COMISSÃO GERAL**
- 3. SUBEMENDA Nº 9 (MODIFICATIVA) DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; EMENDA MODIFICATIVA
Nº 55, DE 2000; EMENDA MODIFICATIVA Nº 56, DE
2000; PARECER S/Nº, DE 2000;
NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 22/03/2001;
1ª COMPOSIÇÃO - 2001:
MISCELÂNEA**
- 4. ATIVIDADES DE 2003 A 2007:
RELATÓRIOS**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900
canals@cl.df.gov.br
3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423



**1. O PAPEL DAS COMISSÕES
TEMÁTICAS DO LEGISLATIVO
E SEU FUNCIONAMENTO:
SEMINÁRIO**

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, bom-dia!

Damos início, neste momento, à solenidade de abertura do seminário "O Papel das Comissões Temáticas do Legislativo e seu Funcionamento", promovido pelos gabinetes parlamentares da Exma. Sra. Maninha e do Exmo. Sr. Deputado César Lacerda, com o apoio desta Casa de leis.

Este seminário tem como objetivo discutir as funções das comissões, à luz das experiências de outros legislativos e da opinião dos Parlamentares, assessores, técnicos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e formular propostas para ampliar esse papel, tornando, com isso, o processo legislativo mais eficaz e capaz de atender aos reais interesses da população.

Convidamos para compor a Mesa de honra deste seminário as seguintes autoridades: o Exmo. Sr. Terceiro Secretário desta Casa, Presidente Regional do PTB, Deputado Benício Tavares; a Exma. Sra. Deputada Maninha, autora do requerimento que ensejou a realização deste seminário; o Exmo. Sr. Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Deputado Estadual José Miguel Martini, do PSN de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Líder do PTB nesta Casa e co-autor do requerimento que ensejou a realização deste seminário, Deputado César Lacerda; o Sr. Chefe da Assessoria da Comissão de Orçamento da Câmara Federal, Eugênio Greggianin; o Assessor Legislativo da Unidade de Constituição e Justiça desta Casa, Luiz Humberto de Faria del'Isola.

Ouviremos, neste momento, a Exma. Sra. Deputada Maninha, autora do requerimento que ensejou a realização deste seminário.

acompanhamento das ações do Legislativo, por outro, vê-se que há funções que ainda são negligenciadas. Há uma evidente valorização do processo legislativo em detrimento de outras funções, como a de fiscalização das ações do Poder Executivo, e do fato de o Legislativo ser o espaço privilegiado para o debate dos assuntos de interesse das cidades e da população em geral. Só a título de comparação, enquanto o Brasil, em mais de cinquenta anos, possui menos de dez mil leis ordinárias e não mais do que cem leis complementares, o Distrito Federal, em dez anos, já se aproxima de três mil leis ordinárias e de mais de trezentas leis complementares. Estabeleceu-se uma competição entre autores. Isso nem sempre privilegia a qualidade e a necessidade. É como se houvesse uma compreensão de que as leis, por si, resolvem todos os problemas.

Por outro lado, no próprio processo legislativo, há uma angústia e uma pressa na aprovação de proposições, principalmente nas de iniciativa do Poder Executivo. Isso faz com que o debate aprofundado não aconteça. Não existe tempo para a maturação dos assuntos, o que provoca a elaboração de leis com freqüentes defeitos de conteúdo, de constitucionalidade e até de forma.

Mas o mais grave é a pouca dedicação das comissões para realizar debates sobre temas de interesse da comunidade, para acompanhar as ações do Poder Executivo e, principalmente, para fiscalizar as ações deste Poder. De tal modo que o Tribunal de Contas, que, por definição, é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, age como se não houvesse nenhum entrosamento com o Poder Legislativo. Pouco é demandado pela Câmara e sequer o órgão de fiscalização da Câmara - a Asfco - tem entrosamento com

modo que estas tenham condições de desenvolver ações políticas de maneira mais ágil.

4 - Mudar o Regimento Interno para possibilitar às comissões a realização de sessões fora do recinto da Câmara, buscando a participação da comunidade. Por exemplo, ontem, em uma Comissão Geral do Park Way, debatemos com a comunidade da Quadra X, a proposta do aumento de lotes da Igreja Y. Evidentemente, as reuniões nas cidades não poderão coincidir com as sessões da Casa.

5 - No dia-a-dia, exigir que as pautas das comissões sejam distribuídas com antecedência de, pelo menos, vinte e quatro horas, como é o caso da Câmara dos Deputados, acompanhadas de cópias das proposições e dos pareceres sobre elas emitidos. Além disso, distribuir a pauta cheia tanto para os membros das comissões, quanto para as lideranças de bancada que tenham Parlamentares como membros.

6 - Mudar o Regimento Interno para permitir que, por exemplo, a pedido de um terço, pelo menos, da comissão competente para apreciar o mérito, ou da Comissão de Constituição e Justiça, determinada proposição levada a Plenário (sem parecer das Comissões) volte automaticamente para nela ser apreciado.

7 - Readequar as matérias de competência de cada comissão, de modo a torná-las mais eficientes, exigindo ou criando comissões, se isso for absolutamente justificável.

Então, eu gostaria de dizer que a nossa bancada refletiu sobre o número de comissões desta Casa e, por ser uma Câmara nova, entendemos que hoje a discussão deve ser aprofundada para que se apresentem novas

18 / 02 / 00 10h25min

SEMINÁRIO: COMISSÕES TEMÁTICAS DO
LEGISLATIVO E SEU FUNCIONAMENTO

7

aqui com o companheiro Deputado Paulo Tadeu, a quem, também como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, cumprimento pela investidura de Líder dos Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

Cumprimento a companheira Maninha, ex-Líder - digo "companheira" porque este seminário está sendo filmado pelo Partido dos Trabalhadores e eu quero que eles saibam que os chamo de companheiros não por brincadeira, mas por respeito. São dois grandes Deputados desta Casa, pessoas que trabalham e que visam o crescimento.

Quero chamar a atenção dos assessores e do Presidente do meu Partido, Deputado Benício Tavares aqui presente, para o trabalho maravilhoso desenvolvido pela Unale. Como é importante! Parabenizo o Deputado José Miguel Martini, pelo trabalho que vem executando.

Quando assumi o cargo de Deputado nesta Casa na legislatura passada, com uma votação dobrada no segundo mandato pelo trabalho executado, não havia Unale. Hoje temos aqui um dos mais brilhantes Deputados Estaduais do Brasil, não apenas de Minas Gerais. Nós temos acompanhado o seu trabalho na Unale. Basta dizer que faleceu um Deputado Estadual há pouco tempo e sua família recebeu todos os benefícios da Unale, o que ultrapassa cem mil reais. Isso não existia antes, Sr. Presidente, e mostra a validade dessa união.

A Deputada Maninha falou aqui a respeito do que tem que ser feito e do que discutiremos neste seminário, apresentando as idéias que foram trabalhadas, levantadas, discutidas com assessores do gabinete da Deputada Maninha e de outros gabinetes.

não havia Deputados na hora marcada para o seu início. Os assessores ficavam ligando, o tempo todo, para confirmar a presença desses Deputados. Acho que esse aspecto tem de ser discutido neste seminário.

Peço ao Deputado Benício Tavares, que será o mediador desse seminário, que apresente essas idéias para que possamos discutir.

Estou muito feliz por ser um dos autores deste seminário, juntamente com a Deputada Maninha, quem acredito ser uma das melhores Deputadas durante todo esse tempo que estou nesta Casa.

Parabéns, Deputada Maninha! Parabéns, assessores da Deputada Maninha, porque S.Exa. não está sozinha e, se S.Exa. trabalha com competência, é porque tem uma assessoria à altura. Parabéns, Sr. Ermes. Ao senhor, que faz parte do Gabinete da Deputada Maninha, peço que leve o meu abraço a todos os servidores daquele gabinete. Parabéns, Sr. José Miguel, desejo que continue sempre com Deus presente em sua vida, para que possa desenvolver esse trabalho maravilhoso, não só como Deputado do Estado de Minas Gerais, mas também como Presidente da Unale. Sei que o desgaste em Minas é muito grande por conta do Governador daquele Estado. Temos de ter muito cuidado, porque um homem de duas personalidades é muito perigoso: não sabemos quando ele é ou quando não é!

Muito obrigado.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores convidei o Deputado César Lacerda para falar neste momento porque, além de ser uma pessoa fantástica, sabe descontrair o ambiente! Muito obrigado Deputado

visando quantidade do que qualidade.

O processo legislativo tem de ser lento, para que possibilite a todas as pessoas interessadas, à sociedade de uma maneira em geral, participar ativamente desse processo.

Acredito que estamos produzindo nesta Casa um número excessivo de leis. Não sei como o Governo do Distrito Federal irá fazer para proceder a uma boa execução dessas leis aprovadas. Precisamos refletir sobre isso.

Conforme foi colocado pela nobre Deputada Maninha, acredito que o número de projetos que tramitam nesta Casa, sem sombra de dúvidas, é o maior da história do Brasil. E acredito muito na reflexão para que possamos encontrar uma fórmula, uma maneira de sermos mais ágeis, de debatermos assuntos de interesse da sociedade.

Encontramos também dificuldade na realização de sessões extraordinárias, principalmente porque o relator é indicado pelo Presidente da Comissão no decorrer da sessão. Recebemos os projetos sem termos conhecimento prévio, o que dificulta apresentar um parecer mais aprofundado sobre a matéria.

Portanto, acredito que são reflexões interessantes, embora reconheçamos, conforme salientou a Deputada Maninha, que existem matérias que precisam de uma tramitação rápida, como pagamento de pessoal, execuções, que às vezes precisam ter agilidade para não sofrer reflexo na folha de pagamentos. Mas, de uma maneira em geral, precisamos de ter mais cuidado com essas questões para que os pareceres sejam

sentiram a importância de um debate como esse, mas sabemos que são poucos os que costumam tocar o vagão, embora reconheçamos as dificuldades para levantar e defender essas idéias. Então, quero novamente agradecer a presença de todos os nossos amigos desta Casa, dos assessores, dos companheiros de trabalho do nosso dia-a-dia e os palestrantes.

Parabenizo novamente a Deputada Maninha e o Deputado César Lacerda pela iniciativa e torço para que este encontro seja um sucesso.

Passo a palavra ao nosso primeiro palestrante, o Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Deputado Estadual José Miguel Martini, para fazer as suas considerações.

Muito obrigado.

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINI - Cumprimento a todos com um bom-dia. Sr. Presidente dos trabalhos, Deputado Benício Tavares; Deputada Maninha, minha querida amiga, mais do que companheira; Deputado César Lacerda; Sr. Chefe da Assessoria da Comissão de Orçamento da Câmara Federal, Eugênio Greggianin; Sr. Assessor Legislativo da Unidade de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa, Luiz Humberto de Faria del'Isola; assessores dos Deputados; senhoras e senhores presentes, é um prazer muito grande estar aqui para debater uma questão que considero de extrema importância para a sociedade e não apenas para a Casa Legislativa. Antes de tudo, é importante para a sociedade brasileira e, neste caso especificamente, para a sociedade do Distrito Federal.

necessariamente ele faz o mais importante para a sociedade, porque nem sempre ele tem oportunidade de ouvi-la. E, muitas vezes, pasmem os senhores, faz-se aquilo que a imprensa traduz como a vontade do povo, mas nem sempre é assim, nem sempre é o melhor para a sociedade. Ora, se vivemos numa democracia representativa e participativa, nada mais justo que sejam ouvidos aqueles que representamos. Se ela é participativa, nada mais justo que lhes seja permitido participar do processo de escolha das normas de conduta da sociedade, do conjunto de leis. Vemos, hoje, um desvirtuamento do papel do parlamento e isso já virou uma cultura. Há casos, em algumas assembléias, de um Deputado passar toda uma sessão legislativa sem sequer fazer um pronunciamento. Já houve casos de o Parlamentar, durante um ano de atividades, sequer apresentar um projeto de lei e sequer participar de uma reunião de Comissão.

Dou um testemunho vivo: quando me elegi pela primeira vez, entrei na assembléia legislativa convicto de que eu seria um fiscal, e, em segundo plano, um legislador. Quando comecei o meu trabalho, a primeira providência que tomei foi montar uma boa estrutura de assessoria que me permitisse desempenhar bem este trabalho. Eu me joguei de cabeça nele participando de comissões. Logo assumi a presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e depois fui reeleito. Eu participava das reuniões da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e, se havia uma CPI, uma Comissão Especial, uma reunião da Comissão de Defesa Social, hoje, de Direitos Humanos, eu também participava. Um dos assessores da Casa procurou um de meus assessores de maneira bem

mudar esse processo não são outros senão o Parlamentar e o Parlamento.

Eu estava num debate ao vivo, em uma rede de televisão em cadeia nacional, e havia perguntas do Brasil inteiro. Uma dessas perguntas foi: "O senhor não tem vergonha de ganhar o salário que ganha e de trabalhar apenas dois dias na semana?" Na visão da sociedade, e a mídia costuma passar essa visão, o Deputado apenas trabalha quando está em plenário. Os trabalhos feitos nas comissões e nas audiências públicas não contam. O trabalho de pesquisa e de busca pelo aprimoramento não conta. Só levam em conta o dia em que o Deputado está no plenário. Eu pude responder para ela: "Minha filha, no dia em que eu estou no plenário, no momento em que eu estou no plenário, eu estou descansando. No plenário posso bater papo com um ou com outro Deputado, porque todo o trabalho já foi feito nos bastidores, foi exaustivamente discutido nas comissões, com audiências públicas, ouvindo autoridades, pessoas e opiniões divergentes, enfim, buscando o melhor." No plenário, normalmente realizamos votações simbólicas. Então, quando vamos para o plenário, já está tudo resolvido. Já sabemos em quais projetos votaremos "sim" e em quais votaremos "não", porque já foi feito todo um trabalho de campo antes. Mas isso a sociedade não vê, porque não damos muita ênfase.

Acredito que as comissões permanentes definem a eficiência e a eficácia do Poder Legislativo. A Casa Legislativa que não dá importância às suas comissões certamente não está dando importância a si mesma. As comissões refletem exatamente o que é esse Parlamento. O que estamos buscando por meio da Unale é exatamente fazer esse debate e já

fiscalização é nossa. Se quisermos abrir mão dela, está bem. Estaremos abrindo mão de uma competência nossa. É por isto que perdemos muitas vezes até um pouco do respeito do Poder Executivo: por não cumprimos o nosso papel.

O Poder Legislativo tem que recuperar certas atribuições. Temos visto que quanto mais a Câmara dos Deputados ou as Assembleias Legislativas intensificam os trabalhos das comissões e, principalmente, das CPIs, mais a credibilidade aumenta. O povo tem uma linguagem popular, que já está aí - e a mídia trabalha um pouco também na massificação desta idéia -, de que temos leis em excesso no País. Não sei se temos, mas a verdade é que não há problema em que tenhamos muitas leis; há problema quando negligenciamos nossa função fiscalizadora. Então, a sociedade quer que o Parlamento seja muito mais um órgão fiscalizador do que um legislador. Não tenho dúvida nenhuma disso de que a essência é essa. Então, o que acontece? Existe o orçamento que é votado pela assembleia, definido pelo Parlamento, que será executado, e a missão do Poder Legislativo é fiscalizar se ele está sendo bem ou mal executado, de forma honesta ou não. Temos de fiscalizar se os órgãos estão funcionando bem e com eficiência ou se estão apenas consumindo recursos públicos. Portanto, é urgente que todos nós, Parlamentares, tenhamos essa consciência e que os assessores levem-na isso aos seus Parlamentares. Temos de mudar essa mentalidade da sociedade e temos de fazer isso em benefício da própria sociedade, porque, quando temos um parlamento eficiente no seu sentido fiscalizador, mais benefícios chegam àquele cidadão que deles necessitam. Eu sempre

horas de antecedência. Não se admite uma matéria chegar para votação em plenário sem ter sido exaustivamente discutida nas comissões. Isso chama-se burlar o processo legislativo.

Em Minas tínhamos uma prática que se chamava "inconstitucionalidade e emenda *Frankstein*". O que são emendas *Frankstein*? São aquelas que pegam carona: o projeto já está na fase de votação em segundo turno e entra uma emenda que não tem nada a ver. Isso é golpe de Estado, porque a emenda não foi anteriormente discutida e não tem nada a ver com o projeto. Então, é só fingir que foi aprovada. Em Minas hoje dificilmente vota-se uma emenda "Frankstein" em matéria inconstitucional, por já ser uma questão fechada na casa.

Outro ponto é que lá uma matéria pode tramitar em até quatro comissões. Basta que se faça um requerimento e, se ela tramitou em apenas três, ela pode ir para uma quarta comissão para lá também ser discutida.

Quanto ao processo legislativo, houve um fato no ano passado que me surpreendeu. Quando tivemos uma audiência com o Papa João Paulo II, achei interessante que uma das recomendações feitas por S. Santidade é que aprimorássemos o processo legislativo. Achei interessante o Papa entender disso. Mas S. Santidade está pensando na sociedade.

À medida que tenhamos um processo legislativo aprimorado e transparente, no qual a democracia seja realmente privilegiada, a sociedade ganhará, pois as leis serão mais justas e de acordo com a necessidade do povo. A lei deve regular uma demanda da sociedade. Fazer uma lei para a criação de um poste aqui não tem interesse algum. Ela surge exatamente

mudaremos: não será mais democracia representativa nem participativa. Se é democracia representativa e participativa, temos de privilegiar, porque é direito da sociedade.

As comissões maiores que temos são quatro, com sete Deputados cada: de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Assuntos Municipais, de Administração Pública e Secretaria e de Administração e Constituição e Justiça. Toda matéria entra pela Comissão de Constituição e Justiça, como também deve ser aqui, com vista à análise da constitucionalidade e para se saber a que área ela é mais inerente. No caso dos reajustes dos servidores, por exemplo, à administração pública e à fiscalização financeira, para saber o impacto financeiro que isso provocará, podendo ser solicitada uma quarta comissão, dependendo da vontade do Parlamentar.

Esse requerimento é automaticamente acatado. Então, há quatro comissões. Depois temos a Comissão de Defesa do Consumidor, que tem feito um trabalho extraordinário e conta com uma assessoria. Inclusive, dentro da Assembléia, temos o órgão de defesa do consumidor funcionando. Temos: direitos humanos; educação; cultura; ciência e tecnologia - nós juntamos numa mesma Comissão porque são matérias afins -; meio ambiente e recursos naturais; política agropecuária e agroindustrial; saúde; transporte, comunicações e obras; turismo. Por exemplo, turismo no Brasil sempre foi apêndice. Quando não tinha mais o que dizer, dizia turismo. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo; Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Não tinha mais nada para dizer, dizia turismo. Em

rigorosamente o que precisava.

Realização de inquéritos, CPIs. Em Minas, nunca uma CPI terminou em pizza. O Executivo costuma assar a pizza, o Judiciário costuma assar a pizza, o Ministério Público costuma assar a pizza, mas na Assembléia não é assada, não. O problema da sociedade é achar que o Poder Legislativo tem de fazer tudo. Temos de fazer o inquérito, levantar, prender, condenar e expulsar. Nós não temos essa competência. A nossa competência é de levantar o inquérito, prepará-lo e levá-lo ao Ministério Público. Fazemos, modificamos ou criamos a legislação, para que aquele fato não se repita mais. Mas agora depende de ações do Ministério Público, do Judiciário e do Executivo. Lá nós fazemos isso. Tem funcionado e bastante.

Audiências públicas com entidades da sociedade. Cada comissão tem um orçamento específico. O Presidente da comissão tem como trabalhar a partir daquilo. Se precisar, é só pedir mais e o pessoal acaba concedendo. Há orçamento para viagens, audiências públicas ou publicações. Por exemplo, quando eu entrei lá, criamos o Boletim Mensal da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. O que fizemos? Pegamos o orçamento público, transformamos numa linguagem compreensível para a sociedade e, mensalmente, transformávamos o balancete do Executivo numa linguagem compreensível. E aí disseram que não tinham dinheiro para fazer aquilo. Falei: "Então, faço com dinheiro do meu bolso". Fiz isso e Casa ficou incomodada. Hoje é um órgão oficial da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e tem dado um resultado fantástico. Disseram: "O

Poderemos entrar na Assembléia de Minas, de São Paulo ou do Rio de Janeiro e sabermos o que está acontecendo, qual é o funcionamento daquela Casa. Essas informações serão partilhadas. Hoje, para os senhores terem uma idéia, há vinte e sete linguagens diferentes. Estamos criando uma única. Isso vai permitir que os próprios assessores auxiliem bastantes os seus Deputados e as casas legislativas, buscando as experiências positivas em cada uma daquelas que existem. Daí porque é importante também unificarmos essa linguagem em termos das comissões.

Parabéns, Deputada Maninha e Deputado César Lacerda! Esta Câmara Legislativa faz este debate, e isso é um exemplo que deve ser copiado por todos.

Muito obrigado (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Passaremos a palavra, agora, ao nosso convidado palestrante, Dr. Eugênio, Chefe da Assessoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa.

Eu gostaria de saudar a presença do nosso colega Deputado Silvio Linhares, agradecendo a sua participação neste encontro.

Passamos, então, à palestra do nosso segundo palestrante, o Dr. Eugênio.

SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Exmos. Srs. Deputados, prezados senhores, eu gostaria de agradecer o convite que me foi feito. Sou Assessor Técnico da Câmara dos Deputados desde 1991, quando foi feito o primeiro concurso público na área de orçamento. Elogio a iniciativa de Exas., porque

reserva ao colégio de Líderes e à Mesa Diretora poderes de definir a agenda legislativa. Temos, então, um sistema misto de poder.

Há problemas identificados como falta de estabilidade de membros e de direção, presidência, recursos organizacionais e financeiros, esvaziamento que sofrem as comissões, como primeira instância decisória, e facilidade de alterar a tramitação ordinária. A influência de acordos de lideranças e colégio ou reunião de líderes no processo decisório interrompem os trabalhos das comissões, assim como o pedido de urgência, no caso, desloca o projeto para o plenário. A maioria, 55% dos projetos aprovados na Câmara, no período de 1989 a 1994 estavam em regime de urgência. Por outro lado, regime de urgência, na verdade, agiliza os trabalhos, pois o tempo médio de tramitação na Câmara cai de 313 para 187 dias. Então, deve-se encontrar um equilíbrio. Esse mecanismo, às vezes, é utilizado em matérias aparentemente sem relevância e urgência, pois a condição para o pedido de urgência seria justamente o requisito de relevância e urgência.

No Regimento Interno da Câmara dos Deputados temos ainda as seguintes questões relativa às comissões temáticas: as comissões permanentes, definidas como de caráter técnico-legislativo, integram a estrutura institucional da Casa.

As presidências devem ser renovadas anualmente, exceto em mudança de legislatura.

Com relação à influência externa, as pesquisas apontam que a imagem dominante é de que o processo decisório está demasiadamente sujeito à influência do Poder Executivo e da imprensa, sendo reduzido o

os trabalhos de uma série de comissões.

No que tange à distribuição das comissões, temos uma grande variedade de comissões e especialização. A literatura indica que, quando se trata de organização interna do Poder Legislativo, o objetivo básico é dar a capacidade e a qualidade de decisão coletiva e a necessidade de estruturas mediadoras especializadas, que são as comissões parlamentares e as organizações partidárias.

Na Inglaterra, a estrutura é bastante calcada nos partidos; já no modelo americano, nas comissões.

A divisão temática, a divisão de trabalho é uma característica importante em todo o mundo e a comissão deve refletir a administração governamental, justamente para que o papel da fiscalização possa ser desempenhado.

Falamos sobre o papel do filtro e das proposições. Quanto aos membros indicados, existe um princípio constitucional de indicação pela proporcionalidade partidária. Nos sistemas bipartidários, isso não acontece. Geralmente o partido majoritário domina todas as comissões. O objetivo positivo é a permanência e especialização da direção e dos membros, isso incentiva a atuação. Falamos sobre os recursos organizacionais e sobre o critério de escolha, privilegiando a experiência: um local de encontro de especialistas, de discussões e de negociação.

Entramos agora na parte da atividade financeira do Estado, da macrofunção do Legislativo, da legislação e da fiscalização. No que tange ao orçamento, eu queria mostrar rapidamente algumas transparências que

Federal. A LDO tem dado uma série de poderes e permitido uma série de interferências e normatizações na elaboração e na execução. Sabemos, pela imprensa, que existe um movimento dos governadores para acabar com a LDO. A nossa posição, como técnico, é que a LDO é uma das leis mais importantes no sentido de que ela permite que se trace praticamente toda a inteligência do orçamento. A preservação da LDO, no nosso ponto de vista, é muito importante. O plano plurianual é lei. Foram feitos vários planos, ainda está se encontrando a melhor forma porque ele não pode ser nem exaustivo e nem muito genérico. Qual é a melhor forma de orientar seu gasto sem engessá-lo? Uma vez que se propõe a enxergar três ou quatro anos à frente, ele não pode ser muito detalhado.

Todo esse sistema abre oportunidades ao Poder Legislativo. Paralelamente à área orçamentária, outras normas se somam. Temos o parecer preliminar, o regulamento interno, etc. que complementam o quadro jurídico que cerca a lei orçamentária. A Constituição Federal cria uma comissão mista para tratar da matéria orçamentária, com competências relacionadas às leis de plano, LDO, prestação de contas, planos e programas.

Acredito que as constituições estaduais também reflitam isso. Essa regra básica surgiu da experiência negativa com o Legislativo em 1946. Quando o Poder Legislativo se propõe a tratar de orçamento, precisa compreender a questão técnica de limite de recursos. Não se pode ter uma despesa dissociada da receita porque ela não será verificada. Veio então a regra básica que é a indicação dos recursos. Quando se aumenta uma

comissões também têm um espaço de atuação porque devem apresentar emendas de caráter institucional.

As emendas de relator deveriam significar a iniciativa do relator. Essa foi uma das recomendações da CPI. Nos anos anteriores, os relatores podiam inserir emendas sem haver uma demanda formal. Com a resolução, as emendas de relator ficam limitadas a erros e omissões de ordem técnica e legal.

As emendas privilegiam os investimentos e, na verdade, notamos que as emendas individuais tendem a direcionar recursos para obras com abrangência local e municipal; as emendas de bancada, para obras com abrangência estadual; e as propostas, para obras com abrangência nacional. Mas todas são legítimas e refletem essa lógica da maximização do retorno eleitoral, ou seja, cada um procura fazer obras no sentido de atingir esse objetivo.

Já falei sobre de oportunidades no Legislativo. A Lei da Responsabilidade Fiscal aumenta, ainda mais, as atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LDO, hoje, com a Lei da Responsabilidade Fiscal, passa a dispor de uma série de definições da política fiscal do governo, ou seja, definições de metas de resultado fiscal. Então, pela Lei da Responsabilidade Fiscal, a LDO irá conter um anexo no qual vão se definir as metas de resultado fiscal para o exercício seguinte. Isso enriquece a discussão do orçamento.

A discussão do orçamento hoje, embora esteja melhorando, é a discussão de emendas ao orçamento. A idéia é incorporarmos aquilo que

Para finalizar, quanto ao sistema de compensação, o que ocorre com o orçamento-ficção? Planeja-se e nada dá certo. Existe um diagnóstico que diz que as despesas não obrigatórias - geralmente os investimentos e algum tipo de custeio operacional - são planejadas com valores elevados no PPA, passam pela LO; passam pelo orçamento; passam pelos decretos e pelo contingenciamento. Quando chegam à execução orçamentária, elas têm uma execução diminuída. As outras despesas obrigatórias - despesas com pessoal e despesas que criam para o Estado uma obrigação legal de cumprimento - tendem a ser subestimadas e depois vão sendo inseridas em projetos de lei que criam obrigações. Quando chegam à execução orçamentária, têm de ser aumentadas. Em função disso segue-se um modelo já conhecido e experimentado: o aumento da despesa obrigatória resultante do aumento de pessoal, ou de um benefício, ou resultante de uma renúncia de receita. No processo legislativo, vai exigir uma reorganização, uma nova forma de tramitação de leis, uma redução de despesa obrigatória ou um aumento de receita, ou uma comprovação de que aquele aumento não afeta as metas fiscais. Então, isso vai exigir dos Legislativos uma análise técnica sobre valores de receita, sobre o que está acontecendo com as despesas etc, abrindo uma oportunidade para o Legislativo no sentido de aperfeiçoar-se e de estabelecer-se como uma instituição com poder nessa área.

Para dar um exemplo: no modelo americano, há envolvimento das comissões autorizativas, que são as comissões temáticas, com as subcomissões de apropriação, que é aquele orçamento detalhado, e existe

na Constituição. Foi uma maneira de não tornar inconstitucional o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, porque estabelecer limites fixos é inconstitucional. Então, há uma batalha e muito trabalho pela frente para os nossos Parlamentares.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Agradeço ao Deputado Sílvio Linhares que, embora esteja de licença médica, comparece a este encontro.

Quero, também, registrar a presença do Deputado Chico Floresta.

(Assume a Presidência o Deputado César Lacerda)

PRESIDENTE (DEPUTADO CÉSAR LACERDA) - Com a palavra o Deputado Sílvio Linhares.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir desculpas aos nobres participantes porque a minha intenção era realmente continuar presente neste seminário, mas ontem fui acometido por um problema cardíaco e passei o dia inteiro no Departamento Médico da Câmara Legislativa. Como já tive dois enfartes a minha preocupação é grande.

Peço desculpas pela minha ausência no decorrer deste seminário. Sei que o tema é importantíssimo, principalmente porque sou um Deputado de primeiro mandato. Mas já pedi a minha assessoria que solicite as notas taquigráficas para que eu possa, no futuro, estudar os assuntos abordados neste encontro.

montar uma estrutura de Casa. Qual era a estrutura que nós podíamos montar? Montou-se aquela estrutura mínima de três comissões temáticas: a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Sociais. Tivemos erros e acertos! Essa foi a única forma possível. A Casa foi montada tendo como parâmetro um modelo preexistente. Apesar disso, elas funcionaram relativamente bem, a meu ver, na 1ª Legislatura.

A 1ª Legislatura foi atípica, porque foi um período de jejum para todos nós. Não havia quadro efetivo, os servidores aqui existentes vieram do Senado Federal para ajudar a montar a Casa e, logo em seguida, voltaram para aquele órgão. A Casa foi montada e ficou sendo gerida por um quadro de iniciantes. Em síntese, todos nós jogávamos bola, mas muito amadoristicamente. Não havia juiz e não havia marcações no campo. Os primeiros projetos eram datilografados em cima da mureta. As tramitações não estavam claras, e as comissões, muito naturalmente, espelhavam essa imaturidade. Mas, pela imaturidade, pela falta de experiência, nós nos cingíamos muito mais ao Regimento Interno.

Portanto, o processo legislativo da 1ª Legislatura estava mais consoante com aquele Regimento que estava em vigor. Hoje estamos atropelando mais o Regimento Interno, ou seja, é uma questão de analisá-lo.

Portanto, eu acho muito louvável a preocupação de se analisar regimentalmente como é que estamos tratando o processo legislativo. Tenho sérias e fundadas desconfianças de que estamos espancando o processo legislativo, com os pés e com as mãos, o tempo todo.

audição de problemas.

Isso é empírico, não posso comprovar, mas é um sentimento. Estamos nos prendendo - acho - muito numa "camisa-de-força" estatística, que não tem assessoria que resolva. Não tem processo legislativo que dê conta dela. Foi uma decisão exclusivamente política dos Parlamentares. Infeliz aquele momento em que começamos a fazer conta de quantos projetos tem "fulaninho", quantos projetos tem "beltraninho". Isso estragou o processo legislativo da Casa. Agora, isso é culpa de quem? É da mídia ou dos Parlamentares? É cobra comendo rabo de cobra.

Vou lembrar um ausente: meu amigo pessoal, o ex-Deputado Marcos Arruda, que, num belo dia, nos apresentou dezoito projetos iguaizinhos. Para cada RA, S.Exa. apresentou um projeto de lei específico. Ora, isso é uma tolice, uma infantilidade. Só posso falar isso aqui porque sou amigo do Marcos Arruda, porque é uma afronta à hierarquia. Eu, um assessor, um técnico, dizendo: "Oh, Marcos, não baba." Mas, eu não seria honesto se não dissesse isso. O mesmo vale para projeto autorizativo e para um monte de "porcarias" que estamos produzindo, simplesmente para atender à ânsia da mídia ou de algum outro Parlamentar. Se não quebrarmos essa "camisa-de-força, podem apostar, isso não terá solução.

Só para termos uma idéia, de 1991 até hoje, alguém aqui saberia dizer quantas propostas os senhores analisaram? Alguém sabe? Vinte e uma mil e vinte seis. É brincadeira, não é? Vinte e uma mil e vinte seis proposições passaram por este pequeno plenário. Acham que daqui sairá coisa boa? Não vai. Isto é uma avalanche de bobagens. Querem ver o que

Parlamentares? Quando estive na Comissão de Constituição e Justiça, em 1993, não se podia reunir os Deputados porque não havia *quorum*. O secretário e o coordenador saíam à procura dos Parlamentares, mas não se atingia o *quorum*. Esta assessoria considera fundamental o aumento do papel das comissões, mas será que conseguiremos ter mais comissões? Esta é uma pergunta que não terá uma resposta positiva devido à escassez de Deputados. Há poucos Parlamentares.

Outra grande constatação que temos a expôr é a ausência, nesta Casa, de um tratamento mais específico para as duas preocupações que a Deputada Maninha apresentou no seu documento base: a política fundiária e o meio ambiente, que, ao nosso ver, estão absolutamente ligadas. Não há como se falar em política de meio ambiente na cidade de Brasília sem se considerar a questão fundiária. Isso está afeto a um segmento de comissão e é vital para o destino desta capital que esse assunto tenha um tratamento absolutamente privilegiado.

O Deputado José Edmar, com quem discuto política no boteco, desde 1910, sempre me dizia: "Jacaré, nesta cidade, a política se prende à ocupação do solo urbano. E não é culpa do povo. É culpa de quem inventou a cidade desse jeito." Acho que ele tem muita razão. Nesse caso, todo o nosso destino, toda a nossa qualidade de vida e toda a nossa responsabilidade com os que virão, e com o nosso meio ambiente sempre estarão dependentes da política fundiária que aprovamos ou não. Nesse aspecto, as nossas comissões têm tido pouca oportunidade de funcionamento. O mesmo tem sido feito com a defesa do consumidor. Esta é

PRESIDENTE (DEPUTADO CÉSAR LACERDA) - Senhoras e senhores, com a palestra do nosso companheiro, amigo e historiador Luiz Humberto de Faria del'Isola, encerramos a fase de palestras deste seminário. Devido à qualidade e à objetividade dos palestrantes, fizemos uma modificação na programação.

Quero deixar claro o que foi dito pelo nosso amigo del'Isola ao Presidente da Unale, nosso amigo e companheiro Deputado José Miguel Martini, quando disse que passamos por uma metamorfose na Câmara Legislativa. Não houve só esse Deputado citado pelo senhor. Tivemos aqui, além desse, o "Cacique dos Deputados", que entrava com uma série de projetos para que, no final do ano, fosse divulgado pela mídia que era o melhor Deputado porque apresentou tantos projetos de lei. Temos dezenove Administrações Regionais e esse Deputado apresentou 19 projetos criando uma Central de Recolhimento de Material Usado de Obras - o material seria entregue às Administrações. Foi um projeto para cada cidade-satélite! No fim do ano, divulgaram que ele era o melhor Deputado e publicaram nos jornais: "O melhor Deputado, o que apresentou mais projetos, foi o Fulano de Tal". Enquanto os outros Deputados, que realmente trabalharam, não se importaram com isso. Temos, nesta legislatura, um Deputado que está seguindo quase o mesmo estilo. O povo de Brasília não é cego, está vendo tudo, e, normalmente, esses Deputados não são reeleitos, como não foi reeleito o nosso amigo cujo nome foi citado.

Nessa modificação que queremos fazer, devido também à hora, quero mostrar que vamos ficar em sessão permanente, passando pelo

nossa população. O transporte coletivo do Distrito Federal está dando um prejuízo tremendo para as empresas.

É uma coisa tremenda! Só trabalham “no vermelho”, mas estão comprando a Vasp, helicópteros, fazenda, gado e outras coisas. Agora, quem está “no vermelho” mesmo é o nosso desempregado e queremos corrigir isso. Acredito que com o que S.Exa. nos trouxe, corrigiremos, se Deus quiser.

Uso uma expressão goiana: “É preferível envermelhar a amarelar”, - uso isso em todo lugar! Eu estava numa reunião na minha querida cidade do Gama e um adolescente me perguntou por que acabou o Saúde em Casa. Aí fiquei amarelo, pois não sabia responder o porquê! Mas é porque não temos uma comissão. No Governo passado, tínhamos o Saúde em Casa, este Governo acabou com ela; tínhamos o projeto Bolsa-Escola, que serviu de referencial para o mundo e acabou. Agora, se V.Exa., Deputado Martini, me perguntar se o Saúde em Casa ou se esse outro projeto são bons, eu não sei. Teríamos de fazer um estudo técnico para sabermos o que foram.

Acredito que temos um grande Secretário de Saúde, assim o como foram a Deputada Maninha e o Deputado Jofran Frejat, mas, na Educação, estamos “levando tinta”, porque o que está acontecendo com o nosso estudante da escola pública é uma vergonha! Queremos dar uma definição a isso. Então, quero que V.Exa. leve as melhores impressões do povo de Brasília, que é diferente, porque congregamos todo o Brasil aqui dentro. Transfiro a Presidência à Deputada Maninha para que ela conduza o

Deputados querem trabalhar mais e não podem. Não podem no sentido de deliberar, mas todo Deputado tem voz e tem direito a tempo em cada comissão. Acho que duas comissões para cada Deputado é um bom número.

A outra questão é que se nós, Deputados, não estivermos interessados em resgatar realmente a autonomia e as prerrogativas do Poder Legislativo, a tendência é o descrédito cada vez maior. Depende exatamente de nós. Fomos eleitos para isso e podemos perfeitamente desempenhar esse papel.

Em Minas, há também o fato de a pessoa ser dispensada da comissão. Tantas reuniões consecutivas ou tantas intercaladas significam que o Presidente comunica ao Líder que S.Exa. está afastando aquele membro da comissão e que ele deve ser substituído por outro. Parece menos importante, mas isso tem um peso político muito grande. É importante um trabalho com todos os Líderes dos partidos para conscientizá-los do papel para que foram eleitos.

Claro que há uma realidade específica nesta Casa, que os Deputados são vereadores e Deputados ao mesmo tempo, mas só isso não é justificativa para não ter um Legislativo eficiente, buscando os mecanismos de aperfeiçoamento.

Eu gostaria de agradecer o convite que me foi feito . É com prazer que estou presente. Temos duas ou três coisas a mais para fazer. Ao sair daqui, vamos trabalhar um pouco na Unale Estaremos trabalhando na próxima conferência da Unale que acontecerá nos dias 7, 8 e 9 de maio, em

Estamos voltando de um encontro no exterior e um dos senadores de Porto Rico disse que a irmã dele começou um trabalho na casa dela, via *Internet*, vendendo coisas pequenas, o qual foi crescente e já está avaliado, para o final deste ano, se não me engano, em U\$ 2.600 (dois milhões e seiscentos mil dólares).

Estamos vendo isso no dia-a-dia! Se o Deputado não estiver atento a isso, como ele se preparará? Qual a exigência que a sociedade faz desse Parlamentar e do Parlamento? Daqui a pouco seremos facilmente descartáveis. Para quê?

A Unale vai estar discutindo sobre isso. Estaremos discutindo o papel fiscalizador do Parlamento.

Nós temos dado muita ênfase àquilo que não é fundamental para nós, enquanto resgate do Poder Legislativo. Temos pessoas do mais alto nível que serão os debatedores. Teremos mais de quarenta delegações internacionais prestigiando o evento. Hoje, a Unale é respeitada internacionalmente, na Europa, na América. Nós somos membros da Conferência Parlamentar das Américas - COPA. Estamos discutindo integração. Vejam os senhores: Parlamento agora quer estar discutindo *pari passu*, não apenas a cúpula dos Presidentes - Cumbre, como foi chamada a última -, e sim o processo de integração, e que implicações sociais isso dará. Ainda existe alguns Parlamentares brasileiros que estão achando que têm de ser despachantes de luxo! Nós temos de - e a Unale está cumprindo esse papel - discutir com os Parlamentares, abrir a visão deles. Tivemos, em Recife, a última conferência, na qual alguns Parlamentares testemunharam:

suas considerações finais.

SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Serei breve e queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade. O que foi colocado no início e durante o debate e que me chamou a atenção foi a preocupação com a fiscalização: quando um Parlamentar tem vontade de fiscalizar mas não encontra meios. E isso refletiu um pouco sobre o papel dos Tribunais de Contas. Eu acho que o modelo de Tribunal de Contas no País tem certas contradições. Eu queria apresentar uma experiência prática. Nós vimos como funcionam os Tribunais de Contas nos países de origem anglo-saxônica. Lá não existe um Tribunal de Contas. Não existe um processo como existe aqui. Lá é uma auditoria ligada diretamente ao Legislativo e, com isso, o Poder Legislativo se fortalece muito, uma vez que o Parlamentar pede uma avaliação do programa e esse material é levado à comissão, ao Parlamentar que aí tem informação, tem como debater, porque informação é vital para o trabalho parlamentar. Sem informação, sem o contraditório de idéias, não se consegue ir em frente. Um exemplo da complicação que é o rito processual, que não se adapta ao rito que a sociedade exige do Parlamentar, é o que começamos a pedir por meio da comissão mista, por meio da LDO - e a LDO também ajuda nesse sentido - para que as obras do Governo Federal tenham um procedimento de investigação dos auditores. Na LDO, determinou-se que as obras com valores superiores a "X" milhões fossem objeto de uma verificação de auditoria. Em 1995, os auditores do TCU detectaram, no Tribunal Trabalhista de São Paulo, que havia superfaturamento. Em 1995, já existia esse relatório, só que a avaliação de

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Passo a palavra ao Sr. Luiz Humberto de Faria Del'Isola, para que ele também faça as suas considerações finais.

LUIZ HUMBERTO DE FARIA DEL'ISOLA - Volto a parabenizar a iniciativa e gostaria de expor, não apenas a minha própria disposição, mas a disposição do quadro da assessoria legislativa para analisar e para contribuir com qualquer proposta que os Srs. Parlamentares busquem apresentar. Quero completar o meu raciocínio dizendo o seguinte: estou em Brasília desde 1957; o único tão antigo quanto eu, embora mais velho, é o Deputado César Lacerda. Estou convencidíssimo de que a nossa luta pela representação política no Distrito Federal foi muito bruta, muito áspera, e acho que a Câmara é a complementação dessa autonomia política pela qual lutamos por vinte anos. O nosso papel está sendo complementamente realizado, completamente cumprido? Não está. Há momentos em que a gente se decepciona com a nossa própria atividade, com a nossa própria atitude, com as nossas próprias ações, mas se essa cidade, hoje, não é a cidade que a gente quer, não é por causa da representação política, pois, sem ela, Brasília estaria muito pior do que está hoje. Fundamentalmente, esse é o motivo que nos leva, todos nós, assessores, servidores, tanto de livre provimento quanto do quadro e principalmente Parlamentares, a darmos a cara para bater, como homens e mulheres públicas que têm a visão de que a sociedade só funciona bem quando o poder está repartido. Ainda há muita dificuldade em Brasília de o Executivo repartir poder com o Legislativo, porque a sociedade foi criada de uma forma artificial e absolutamente pouco

vocês trouxeram.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Pergunto ao Deputado Paulo Tadeu se deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Encerro este seminário agradecendo a participação do Sr. Eugênio Greggianin, do Sr. Luiz Humberto e do Deputado Martini e dizendo que a nossa proposta, com este seminário, é acumular conhecimento para que possamos fazer uma reflexão sobre o papel da Câmara Legislativa. Foi dito, de uma forma bastante clara, que hoje o papel dos Parlamentares é extremamente questionado pela imprensa e pela própria sociedade. Aliás, acho que essa é uma história de amor e ódio permanente. Quando a sociedade crítica, sabe da necessidade do Parlamento e acaba confirmando em pesquisas realizadas, a aceitação dos próprios Parlamentares e do próprio processo democrático. Nós, Parlamentares, temos de ter uma preocupação: não podemos nos acomodar e precisamos fazer com que a Casa funcione para o seu próprio funcionamento interno, sem estar o tempo todo conectada com a sociedade.

Antes de fazer minhas considerações finais, cito a presença do Deputado Daniel Marques, que acaba de chegar - é uma pena V.Exa. não ter podido participar por inteiro deste seminário, mas terá o relatório final para se debruçar sobre ele.

Este seminário é o início de uma discussão interna na Câmara. O Deputado César Lacerda citou a discussão sobre o Tribunal de Contas. Queremos discutir muito mais: até a visão da sociedade quanto ao próprio

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

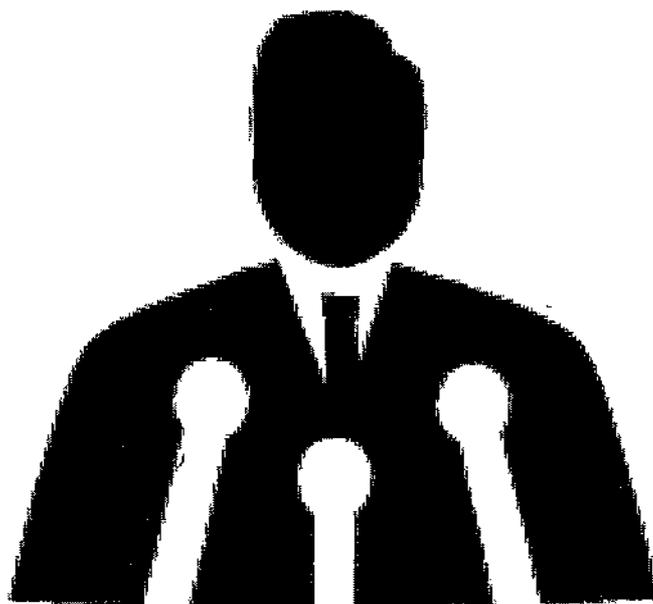
DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 – 3966 8423



**2. DISCUSSÃO DO PROCESSO
LEGISLATIVO EM COMISSÕES
PERMANENTES DA
CÂMARA LEGISLATIVA:
COMISSÃO GERAL**

24 / 02 / 00 09h45min

ORD./COMISSÃO GERAL

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO RAINHA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 780, de 2000, de autoria de vários Deputados, a sessão ordinária de hoje será transformada em Comissão Geral para a discussão do processo legislativo em comissões permanentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO RAINHA) - Devido à falta de *quorum*, esta Presidência suspende a Comissão Geral por quinze minutos.

Está suspensa a Comissão Geral.

(Suspensa às 9h48min, a Comissão Geral é reaberta às 11h49min.)

(Assume a Presidência o Deputado Edimar Pireneus.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Está reaberta a Comissão Geral.

A Deputada Maninha, junto com o Deputado César Lacerda, fez um estudo sobre a necessidade de criação de novas comissões temáticas na Câmara Legislativa.

Inicialmente, ouviremos a nobre Deputada Maninha, que fará uma síntese do trabalho realizado na sexta-feira passada.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu e o Deputado César Lacerda realizamos, na

Parlamentares, de ser a terceira com menores gastos internos. Por isso mesmo, propomos que essas comissões possam ser reformuladas, criadas sem gasto suplementar.

Na apresentação do nosso relatório, concluímos no seminário que esta Casa tem de fazer uma reestruturação. Passo a ler as conclusões do relatório: "Dos trabalhos desenvolvidos e a partir da riqueza dos temas abordados, podemos apontar alguns pontos a serem levantados na discussão pelos representantes desta Casa, com a finalidade de aprimorar o processo legislativo e adequar o funcionamento das comissões às necessidades da representação política, às demandas da sociedade brasiliense, e, especialmente ao que poderíamos denominar de duplo grau de representação político-administrativa da Casa, qual seja, as demandas sociais típicas de município e as necessidades de desenvolvimento típicas de Estado.

Acerca de tais demandas, assumem vital importância questões como a ocupação fundiária do território, a geração de empregos, a saúde, o aproveitamento dos recursos naturais em especial, os recursos hídricos, a educação e tantos outros.

Não se pode deixar de relevar que a discussão necessariamente aprofundada de tais temas requerem, em primeiro lugar, um grau de especialização que, infelizmente, com a atual formatação das comissões hoje existentes na Casa, não é possível, uma vez que criadas em outro momento histórico, e, em segundo lugar, uma nova forma de realização de sessões extraordinárias, uma vez que a realização de tais sessões, sem o

7 - Comissão de Trabalho, Indústria, Turismo e Desenvolvimento Econômico;

8 - Comissão de Transportes, Segurança Pública e Trânsito.

Entendemos que tal proposta, além de atender as necessidades desta Casa, é perfeitamente exequível, adotando-se alguns parâmetros de composição e funcionamento, entre os quais podemos listar:

a - A Comissão de Constituição e Justiça, por sua característica principal de iniciar todo o processo legislativo, deve ser composta por 7 (sete) Parlamentares;

b - As demais comissões devem ser compostas por 5 (cinco) parlamentares;

c - Os Parlamentares podem participar de até 2 (duas) comissões permanentes como titulares.”

Além disso, chamamos à reflexão que temos nesta Casa profissionais competentes da assessoria parlamentar de carreira que podem estar promovendo a coordenação dessas comissões para que a discussão seja técnica. Podemos colocar, de forma bastante clara, a necessidade de se criar sem despesas a mais para esta Casa.

Sr. Presidente, esta é a contribuição minha e do Deputado César Lacerda para o debate que hoje esta Comissão Geral fará.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado César Lacerda.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - (PTB. Sem revisão do orador) -

24 / 02 / 00

09h45min

ORD./COMISSÃO GERAL

ano, não sei como consegue, pega essa palhaçada toda de projetos que um Deputado que faz para cada rua ou para cada administração regional um afirma que ele foi o Deputado que mais trabalhou nesta Casa. E, às vezes, esse Deputado faz como alguns Deputados faziam na legislatura passada: assinam a ata e vão para casa ou para qualquer outro lugar.

Vamos ter gastos, mas há a possibilidade de, mesmo aumentando esses gastos, nós diminuirmos a despesa? Há, sim. Vi um trabalho maravilhoso, apresentado pelo Alécio, em que nós vamos diminuir as despesas. Por que não tiramos R\$1.000,00 (mil reais) do salário de cada Deputado para diminuir as despesas? Sobrariam mais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por mês. Mas, na hora em que se mexe no bolso, alguns Deputados acham ruim. Diminui-se o salário de cada Deputado em R\$1.000,00 (mil reais). Serão mais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) mais as despesas que o Sr. Alécio apresentou. Vamos diminuir mais de R\$100.000,00 (cem mil reais) por mês. Com essa modernização, o sujeito iludido tem o direito de reclamar. Em vez de procurar delegacias ele virá até nós, porque teremos as comissões certas.

Precisamos acabar com isso: um governador começa uma obra, o outro vem e a paralisa. Isto sim é despesa. isto é mexer no bolso do contribuinte: haver um bom programa, implantado por um governo, e o outro governo vir e desmanchá-lo. Temos de acabar também com os gastos supérfluos do governo. Há muita coisa a ser melhorada. Temos condições de melhorar as propostas apresentadas. Talvez, por não estar bem assessorado, um Deputado apresente uma proposta chula, como disse um

24 / 02 / 00

09h45min

ORD./COMISSÃO GERAL

Alguns Deputados estão com o olho assim, estão desse jeito, e para combinarem as coisas lá dentro e, ao chegarem aqui, chamarem a imprensa e, para fazer média, falarem que votaram a favor, que deram o apoio. Foi o que aconteceu aqui.

Sugiro, Sr. Presidente, criarmos uma comissão a fim de que essas reuniões das Lideranças e do Colégio de Líderes e da Mesa Diretora sejam feitas como vêm ocorrendo. E, para resguardar sua honestidade e capacidade, sugiro que sejam todas gravadas, pois no momento em que o Deputado disser que é contra algo, mostra-se a gravação em que esse Deputado se posicionou a favor. Na hora de pôr o dinheiro no bolso, esse Deputado põe. Na hora de ir contra, vai. Sugiro, então, que sejam gravados para que possamos provar o que aconteceu. Esse seminário que eu e a Deputada Maninha fizemos com as comissões e com os assessores de Deputados foi feito de todo coração.

É disso o que precisamos para economizar, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta. Estipulamos o tempo de cinco minutos para cada Parlamentar.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros, creio que esta questão é uma discussão eminentemente política. Em primeiro lugar, quero dizer para a Casa e para a nossa cidade que eu, particularmente, não concordo com esse processo de

principais discussões a serem levantadas nessa comissão, a questão da terra no Distrito Federal. Temos visto um verdadeiro descalabro sendo promovido pelo Governo Roriz em todos os aspectos na Comissão de Assuntos Sociais, cuja nossa candidata é a Deputada Maninha.

A Comissão de Assuntos Sociais vai perder força. Então é para quê? É para fazer uma composição, para favorecer o PMDB na composição política em relação aos outros órgãos.

A posição do nosso partido é clara: nós vamos fazer oposição ao Governador Roriz. Não vamos "dar bolinho" para esse tipo de negociação interna que venha a favorecer o partido dominante.

O que acontece nesta Casa é que o partido hegemônico, infelizmente, tem impedido o funcionamento desta Casa ao apresentar propostas em cima da hora, ao não fazer debates políticos antes que possamos ter, realmente, condições de saber o que está acontecendo. Enfim, é dessa maneira que se viabiliza o funcionamento legislativo.

Eu pergunto: vai mudar? Vai alterar a correlação de forças? Vai alterar a maioria avassaladora que existe nesta Casa? Não vai.

Então, do meu ponto de vista, criar comissões é um erro, além de ocasionar um desgaste político sério para esta Casa pelas circunstâncias que estamos vivendo hoje em nosso país.

Acho que outro argumento de grande peso e que deve ser considerado nesta Casa é que, ao contrário de qualquer especulação visando à criação de mais cargos, existe a possibilidade da redução de despesas na Casa. Essa é uma exigência apresentada. Devemos analisar

contribuindo para o desenvolvimento da Câmara Legislativa. Os demais Deputados também poderiam ceder um funcionário de cada gabinete para podermos criar as comissões necessárias, sem haver qualquer custo para esta Casa.

Hoje, não podemos imaginar a Câmara Legislativa e o Distrito Federal sem comissões para discutirmos assuntos como direitos do consumidor, assuntos fundiários, transporte, segurança pública e trânsito, pois são muito importantes e precisam ser trabalhados, viabilizando esse trabalho na Câmara Legislativa.

Entendo que também existem alguns Deputados que - infelizmente, essa é a realidade -, nas reuniões, são a favor, mas, quando estão diante da imprensa e da população, têm uma posição contrária. Por quê? Porque eles buscam os seus direitos e, não, os da população nem da comunidade.

Temos que parar com essa demagogia, temos que ser sinceros e encarar a realidade. É necessário criar as comissões? Então, vamos criar as comissões, vamos chegar aqui e falar a verdade, em vez de, às escondidas, fazer média com os Deputados e depois fazer média com a imprensa. Quero saber se algum órgão da imprensa paga o salário de algum Deputado. Não paga, então eu não devo nada a ninguém. Devo, sim, à população, como os demais Deputados. Se temos que trabalhar pelo desenvolvimento da cidade então vamos lutar, vamos em frente, mas vamos parar de demagogia, vamos parar de conversa fiada e deixar esta Casa funcionar sem dar ouvidos a quem quer denegri-la. Infelizmente, há muitas pessoas da

consciência de que irá fortalecer o conteúdo de debate nesta Casa, atendendo aos interesses da sociedade, independentemente de questões partidárias.

É evidente, nobre Deputado Aguinaldo de Jesus, que a imprensa e toda a sociedade ficam preocupadas com os gastos, muitas vezes desnecessários, que são praticados pelo Poder Legislativo, pelo Poder Executivo ou mesmo pelo Poder Judiciário. É natural. Temos que ter a capacidade de convencer esses setores de que estamos fazendo o melhor para esta Casa e o melhor para a sociedade. Quero muito participar desse debate, sem entrar no mérito dos gastos acarretados para a Câmara Legislativa, até porque o Presidente desta Casa apresentou hoje uma série de propostas para reduzir gastos. Alguns gastos são necessários, mas podemos dar um arrocho nos gastos administrativos.

Companheiros, o tema é a criação de novas comissões e a reformulação do seu funcionamento. É importante ou não? Entendemos que sim, Sr. Presidente. Entendemos que precisamos qualificar a Casa com debates de conteúdo. O gasto é uma questão que deverá ser tratada no bojo das discussões. Neste ponto, a bancada do Partido dos Trabalhadores assume uma proposta que foi discutida, ontem, em nossa reunião sobre reformulação em oito comissões, proposta trabalhada pelo nobre Deputado César Lacerda e pela Deputada Maninha.

Nós, a partir da sugestão do próprio Deputado César Lacerda, teríamos uma área de obras onde poderíamos fazer as fiscalizações das obras do Governo, das que estão em curso e daquelas que deixaram de

opinião. A nossa obrigação aqui, tomando ou não pancada da imprensa, é fazer o trabalho para o qual fomos eleitos, que é a defesa da sociedade. Quanto à despesa, temos que comprová-la para a sociedade e, aprovada, colocar nos jornais se realmente ela é válida e necessária. Não quero saber se a luz do corredor vai ser apagada para diminuir tanto ou se depois que três pessoas forem ao banheiro, é que vão apertar a válvula de escape para fazer contenção de água e luz.

É necessário ter comissão? É. O que é preciso para a estrutura da comissão? Contratar tantos funcionários ou retirar funcionários da estrutura da Casa para manter a comissão? Então, é isso o que vamos fazer. É isso o que temos de fazer. Fomos pautados naquele incidente. Aliás, não sei quem foi o inteligente que chegou aqui e disse que estávamos querendo auxílio-moradia. A verdade não era essa. Estávamos cobrando isonomia com os Deputados Federais, que é um direito nosso. A imprensa "deu pau", a imprensa "deu cacete", e nós aceitamos, como se quiséssemos auxílio-moradia. Temos de ter a consciência tranqüila de que estamos aqui gerando o dinheiro da sociedade com caráter e personalismo e, principalmente, com a dedicação que temos de ter. Quanto à bancada do PMDB ter decidido isso ontem, acredito que não foi toda a bancada. Se eu entendi bem o discurso, o Deputado Chico Floresta foi contra.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

funcionamento muito aquém do necessário por parte das comissões permanentes.

Creio que essa discussão deva ser aprofundada, que é importante a criação de uma comissão de assuntos fundiários e de meio ambiente, até porque o que está acontecendo com a terra no Distrito Federal é um crime contra esta cidade, um crime contra a geração presente e contra as futuras! É um crime contra o Brasil, já que estamos falando da Capital do País. A nossa terra está sendo apropriada indevidamente por grileiros, e esta Casa está sendo omissa! Esta Casa, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, enquanto instituição, está sendo omissa com relação ao roubo de terras públicas que está se processando neste momento em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Vamos aprofundar esse debate sobre as comissões, mas vamos primeiro fazer funcionar as comissões permanentes. Se houver a conclusão, de fato, da necessidade de se criar novas comissões, que isso se faça aproveitando os servidores de carreira desta Casa - que são extremamente qualificados e que podem prestar, com toda competência, o apoio técnico de que essas de que essas comissões necessitam -, tendo em vista a necessidade de se conter gastos na Câmara Legislativa.

E quero lembrar, como o Deputado Renato Rainha falou há pouco, que vários projetos de lei aprovados nesta Casa foram publicados com várias incorreções, com redações diferentes no Diário Oficial, o que é muito grave! E isso, sem dúvida, ainda pode estar acontecendo, porque algumas das comissões não estão com a qualificação necessária para fazer

Não temos, nesta Casa, uma comissão específica para defender o consumidor. Eu relatei, na reunião que tivemos há pouco, que uma pessoa que adquiriu um automóvel em uma concessionária de Brasília procurou-me solicitando providências porque o carro foi entregue com defeito. Eu tive de mandar a pessoa procurar a Delegacia de meio Ambiente e o Prodem, porque nós não podemos fazer nada.

Então, a primeira coisa a ser discutida é a necessidade ou não da criação das comissões. Se precisamos criar essas comissões para dar à sociedade mais um instrumento para que ela possa melhor ser representada por cada um de nós aqui dentro. Se a resposta é sim, acredito que devemos avançar nessa discussão. Entendo que precisamos dar esse instrumento à população do Distrito Federal para que a Câmara Legislativa possa melhor representá-la.

Não concordo com o companheiro e amigo Deputado Chico Floresta sobre o que S.Exa. disse: se criarmos um número de comissões superior a três, não teremos Parlamentares suficientes. Teremos sim, Deputado, porque cada Parlamentar - não estou, de forma alguma, ofendendo V.Exa., estou apenas contestando sua idéia - ocupará duas comissões. Acho que não é uma sobrecarga de trabalho. Acho que cada Parlamentar tem condições de estar em duas comissões e melhor analisar a matéria.

É preciso, Sr. Presidente, dentro dessa discussão que tivemos, que tratemos de um assunto importante que foi abordado, que é a redução das sessões extraordinárias. Temos que colocar as discussões dentro das

24 / 02 / 00

09h45min

ORD./COMISSÃO GERAL

Então, entendo que essa defesa das comissões, que aqui faço de forma clara, é para melhorar as atribuições e o modo de atuação do Poder Legislativo do Distrito Federal. Isso terá o meu apoio, desde que não haja nenhum gasto, desde que não haja criação de estruturas que venham a gerar gastos para a Câmara Legislativa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço para fazer uso do meu direito de réplica.

(Discussão fora do microfone.)

S.Exa., o Deputado Renato Rainha, colocou minha proposta como sendo falta de inépcia ou vontade de trabalhar.

Eu queria o direito de resposta para esclarecer isso, Sr. Presidente. S.Exa. colocou um argumento de que eu não estaria disposto a participar de duas comissões.

Quero o direito que me cabe.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Deputados Renato Rainha e Chico Floresta, o que estamos fazendo aqui? Estamos em Comissão Geral para discutir. Deputado Chico Floresta, V.Exa. tem o direito de novamente subir à tribuna para discutir, assim como também o tem o Deputado Renato Rainha. A questão não é essa. S.Exa. discordou de um ponto de vista.

A Presidência dá oportunidade à discussão. V.Exa. quer se inscrever? Está inscrito o Deputado Chico Floresta, para discutir. Está inscrito também o Deputado Renato Rainha.

Esperamos que o debate fique no campo das comissões.

há em torno de dez mil proposições, aqui na Câmara Legislativa há três mil. É preciso reorientar esse esforço todo, que o Deputado Renato Rainha diz que existe, de servidores que estão aí ociosos para fortalecer as atuais comissões. É preciso definir as atribuições, sim; agora, aumentar o número de comissões, no meu entender, é procurar "costurar" interesses políticos que ainda não estão muito transparentes, muito claros.

Está havendo problema na questão da composição de blocos? Para o Partido dos Trabalhadores é muito simples: tivemos uma comissão - pela proporcionalidade, tínhamos direito - importante, a Comissão de Assuntos Sociais, que levanta essas questões todas que estamos discutindo. Uma comissão, principalmente com todo esse desgaste que vai ser cobrado, não interessa ao Partido dos Trabalhadores. Podemos discutir isso no Diretório Regional e nas instâncias partidárias, porque são elas que dão orientação para a nossa bancada.

Deputado Renato Rainha, V.Exa. perguntou se participaríamos das duas comissões, e respondo que sim, claro. Mas é preciso fazer funcionar as atuais comissões. O que está acontecendo é mais um cheque em branco àqueles que dominam esta Casa. Devemos discutir esse cheque em branco, que eu, pelo menos, não estou disposto a dar.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, só não consigo

Ora, uma comissão com uma gama enorme de assuntos certamente não se especializa, fica no geral e não se aprofunda.

Deixo claro ao Sr. Presidente e aos demais Parlamentares que estou defendendo a criação de novas comissões sem nenhuma despesa extra, sem nenhum aumento de estrutura, sem nenhum acréscimo na despesa desta Casa.

Queremos criar comissões específicas porque estamos observando aspectos e situações que estão acontecendo na sociedade para as quais a Câmara Legislativa do Distrito Federal não tem um instrumento eficaz. Por exemplo, uma das comissões sugeridas pela nobre Deputada Maninha e pelo nobre Deputado César Lacerda é destinada a discutir assuntos relativos à segurança pública, ao trânsito e ao transporte. Será que na atual situação não precisamos de um instrumento - sem gerar nenhum gasto para o Estado - para a sociedade analisar melhor a questão da violência e da criminalidade no trânsito e nos transportes em Brasília? Precisamos, sim.

Sr. Presidente, estou disposto a participar de duas e até de mais comissões, se for preciso, para o melhor andamento do Poder Legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamento que esta discussão tenha um viés que não me pareça ser o principal. Acaba-se

24 / 02 / 00

09h45min

ORD./COMISSÃO GERAL

suas comissões, dando oportunidade para que o Deputado possa se integrar à comissão e evidenciando que o debate em plenário não é o principal. O Senado Federal e o Congresso Nacional têm, nas comissões, o papel principal. Quando um projeto vai pronto para o plenário, ele já vai pronto acordado, já vai para ser votado. Nós, aqui, estamos invertendo esse processo.

Quero, portanto, Sr. Presidente, recolocar a discussão no seu lugar. Não se trata de divisão política. Não se trata de questão financeira, mas, sim, da discussão do processo legislativo, que eu considero estar invertido. As comissões têm de ter um papel destacado nesta Casa, pois, por elas, passa a discussão do projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho convicção de que toda mudança traz dúvidas e pode gerar críticas. Por exemplo: a reforma do plenário desta Casa. Houve críticas sobre essa mudança, mas hoje tenho certeza de que todos que aqui trabalham têm a convicção de que essa mudança foi importante, pois o nosso local de trabalho está melhor.

Entre na Câmara Legislativa há um ano. Alguns Deputados estão no segundo ou terceiro mandato. Essas comissões não funcionam porque estão velhas. Elas foram elaborados pelos primeiros Parlamentares, e nós não temos de ter medo de mudar. Temos de enfrentar o desafio de alterar a forma como isso está definido. Não temos de ter receio disso. As

24 / 02 / 00

09h45min

ORD./COMISSÃO GERAL

que se encontram atualmente - envelhecidas, sem funcionar, gastando dessa maneira - estaremos errados.

Sr. Presidente, quero dizer que a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores é pela reformulação e reestruturação das comissões conforme foi discutido inicialmente na semana passada e hoje pelos Parlamentares.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de saber se eu estou inscrito para fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - V.Exa. está inscrito para fazer uso da palavra.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Edimar Pireneus.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, acredito que este debate deveria ter sido feito no início da legislatura.

Tenho certeza de que a sociedade evolui de maneira rápida e nós temos de acompanhá-la. O nosso papel inicial foi cumprido e

fundamental para a população: "O que eles estão fazendo para diminuir os gastos da Câmara Legislativa?" Não podemos ter medo de nos expor. Temos de ter coragem e sermos transparentes. Não podemos pensar: "Não vamos falar dos gastos, senão a Casa vai ficar exposta!" Não, a sociedade tem realmente de saber quais são os gastos que temos: desde o gasto com o cafezinho até o gasto com pagamento dos servidores. Temos de ter essa coragem. Não terei medo, não esconderei nenhum gasto. Se for excessivo, temos de acabar com ele.

Por isso, eu peço a compreensão dos Parlamentares que estão ansiosos com a eleição das comissões. A sociedade, por meio da imprensa, cobra que a nossa Casa deveria estar funcionando com o trâmite normal das comissões, votando. Mas, às vezes, é necessário para a história da Casa, para a história Parlamentar, que paremos; não estaremos dando um passo para trás, mas estaremos refazendo, reconstituindo a nossa história, colocando a Câmara Legislativa na modernidade. Com certeza, essa é a minha proposta.

Faço uma tentativa para conduzir essa discussão: solicito que, na próxima semana, os assessores da Casa - servidores capazes e concursados - e dos Parlamentares condensem os pensamentos aqui expostos em uma proposta única, sem gastos. Em seguida, que os assessores da Mesa façam um estudo sobre contenção de gastos e o encaminhe a este Plenário. Dessa forma, poderemos, na próxima semana, votar e eleger os presidentes das comissões, colocando em prática aquilo que todos querem: uma Casa transparente, sem medo do povo. Que

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, uma das primeiras coisas que aprendemos em qualquer curso de formação política do meu partido é a correlação de forças. O Deputado Renato Rainha perguntou por que é um cheque em branco. Não tive tempo de concluir, mas basta ver em termos de proporcionalidade. Hoje temos cinco blocos nesta Casa: dois de Oposição e três de Situação. Se fizermos a distribuição, pelo número de blocos, veremos que 40% das comissões vão ficar com o bloco da Oposição e 60% com o bloco da Situação. Não fiz a conta se alterarmos com oito, mas, com certeza, a participação relativa da maioria nesta Casa, nas comissões, vai aumentar. Esta é a primeira conclusão a que chegamos: a participação relativa da maioria aumenta.

Em segundo lugar, quando se diminui o número de Deputados de sete efetivos para cinco, há a possibilidade de a maioria nesta Casa ter uma interferência maior do que a que já vem tendo, o que não nos permite, absolutamente, levar projetos à frente. Hoje já é raro conseguirmos ter projetos aprovados. A participação relativa dessa maioria aumenta no interior das comissões. Então, vamos perder o pouco que conseguimos no interior das comissões.

Em terceiro lugar, citando o Regimento Interno da Câmara Legislativa, pergunto: por que nunca foram instaladas as subcomissões? Se há assuntos relevantes - como já tivemos o Saúde em Casa, e como temos agora a questão fundiária -, o titular da comissão pode propor e o Plenário, que é tão dócil a aprovações de maioria, pode aprovar a criação de

novas comissões, é claro que se tem de reduzir o número de Parlamentares. O que eu não entendo, mas vou ao gabinete do Deputado Chico Floresta pedir a S.Exa. que me explique melhor, é o número relativo de Deputados. Se a bancada da Oposição é menor do que a da Situação, é uma questão de matemática. Em toda comissão a Oposição vai ter um número menor do que a Situação, mas ninguém pode falar da seriedade, nesse ano que passou, das comissões permanentes e das temporárias aqui instaladas. Coincidentemente com a ausência de um, dois ou três deputados, os que estão aqui presentes, como a Deputada Maninha, o Deputado Paulo Tadeu, o Deputado Chico Floresta, o Deputado Agrício Braga, o Deputado Renato Rainha, o Deputado Aguinaldo de Jesus, o Deputado Wilson Lima e o Deputado Daniel Marques, foram os que participaram, com afinco, das comissões. Os outros que estavam fazendo discurso lá dentro e que não estão aqui são aqueles que não têm a menor participação.

Nós que estamos aqui é que estamos imbuídos dos trabalhos das comissões!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Com a palavra Deputado Renato Rainha.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares, concordo que a discussão sobre a criação das comissões é uma discussão política. Lógico que também é uma discussão política, pois essa Casa é uma casa política. Tudo o que se discute aqui tem em vista e como motor propulsor a política

24 / 02 / 00 09h45min

ORD./COMISSÃO GERAL

instrumentos à população, sem gerar gastos e ainda vamos fazer um levantamento, junto com V.Exa. e com a Mesa Diretora, para ver se temos algum local em que haja gasto excessivo para a Casa. Havendo, vamos cortá-lo, "na carne" se preciso for, e vamos dar o exemplo que esta Casa sempre deu à população.

Eu recebi o *ranking* das dezoito Câmaras Estaduais deste país. A nossa Câmara só gasta mais do que a do Amapá, a do Acre e a de Roraima, pouquinho coisa a mais. A Câmara Legislativa do Distrito Federal gasta muitas vezes menos do que todas as demais Câmaras dos estados do nosso país.

DEPUTADO SILVIO LÍNHARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria apenas de informar a todos que hoje é aniversário de um funcionário da Casa que trabalha junto conosco, pelo qual temos um carinho e um respeito muito grande. Como Líder do PMDB, desejo toda felicidade ao Chefe do Cerimonial, nosso querido Gilberto Lima.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Em razão da proposta de reestruturação das comissões permanentes desta Casa e para a aplicação do disposto no art. 15, inciso III, letra "e", do Regimento Interno, submeto a seguinte proposta para referendo do Plenário.

24 / 02 / 00

09h45min

ORD./COMISSÃO GERAL

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Pela ordem. Com revisão da oradora.) - Sr. Presidente, considero correta a proposição de V.Exa. na elaboração da proposta da comissão. É interessante, que cada Líder de bancada acompanhe o desenvolvimento dessa proposta, porque é mais fácil, num momento final, chegarmos a um acordo sem fazer discussões sobre discussões.

Portanto, solicito que os Líderes de blocos acompanhem todo o desenvolvimento da proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - A Presidência está de acordo. Todos sabem que a proposta tem de vir a Plenário para ser votada por todos os Parlamentares.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme tive oportunidade de falar no meu primeiro pronunciamento, creio que é dever, no caso, da Presidência e da Mesa Diretora apresentar para a sociedade de Brasília e para todo o Brasil uma proposta de redução de custos, conforme iniciativa louvável de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423



**3. SUBEMENDA Nº 9 (MODIFICATIVA) DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA; EMENDA MODIFICATIVA
Nº 55, DE 2000; EMENDA MODIFICATIVA Nº
56, DE 2000; PARECER S/Nº, DE 2000;
NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 22/03/2001;
1ª COMPOSIÇÃO - 2001:
MISCELÂNEA**

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA Nº 09 (MODIFICATIVA)**

À emenda n.º 55 ao Projeto de Resolução
Nº 53, de 2000, que "institui o novo
Regimento Interno da Câmara Legislativa
do Distrito Federal e dá outras
providências".

Dê-se a subseção VII e respectivo art. 65, a seguinte redação:

Subseção VII

Da Comissão de Defesa do Consumidor

Art. 65. Compete à Comissão de Defesa do Consumidor:

I – analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias:

- a) relações de consumo e medidas de proteção e defesa do consumidor;
- b) orientação e educação do consumidor;
- c) economia popular e repressão ao abuso do poder econômico;
- d) composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços;
- c) política de abastecimento.

II – acompanhar e fiscalizar a execução de programas e leis relativas às matérias de sua competência;

III – intermediar conflitos relacionados com a defesa e proteção do consumidor.

JUSTIFICAÇÃO

Nosso objetivo é dar maior clareza ao texto da emenda.

Sala das Comissões, em


Deputada Anilcéa Machado

379037

Assessoria de Plenário
DL N.º 13, 00
517



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA MODIFICATIVA N.º **55**, DE 2000.

Ao Projeto de Resolução n.º 53 de 2000, que " Institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências."

Dê-se a Subseção VII e respectivo artigo 65, a seguinte redação:

**"Subseção VII
Da Comissão de Defesa do Consumidor**

Art. 65. Compete a Comissão de Defesa do Consumidor:

I – analisar e quando necessário emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias:

- a) economia popular e repressão ao abuso do poder econômico;*
- b) relações de consumo e medidas de defesa do consumidor;*
- c) composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.*

II – acompanhar e fiscalizar a execução de programas em leis relativas às matérias de sua competência.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir as atribuições da Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, em de outubro de 2000.

378888
Digicert

[Handwritten signature]
PTB

Assessoria de Planário
PR N.º 53 / 00
Folha n.º 197



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº _____/2000

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 053/2000, que “Dispõe sobre a modificação do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.”

Autor:

Relatora: Dep. ANILCÉIA MACHADO

II — VOTO DO RELATOR

Ao Projeto de Resolução nº 053/2000, que modifica o Regimento Interno da CLDF, foram apresentadas 185 emendas, sendo duas emendas de relatora. Foram acatadas na sua forma original as emendas de n.ºs. 07 e 08. A emenda n.º 11 foi acatada na forma do art. 200 § 1º do Projeto de Resolução 53/2000. As emendas de n.ºs. 13, 19, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 36 foram acatadas. A emenda 39 foi acatada na forma da emenda 23. As emendas de n.ºs. 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48 foram acatadas. A emenda n.º 50 foi acatada modificando os arts. 2º, 99 e 110 Inciso I. As emendas n.ºs. 52, 53, 54, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 68, 75, 78, 86, 90, 92, 104, 109, 110, 116, 117, 120, 134, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148 foram acatadas. A emenda n.º 149 foi acatada na

PARECER/12/00

Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Parecer, pela prejudicialidade das emendas referenciadas, e pela rejeição das emendas relatadas, conforme o quadro demonstrativo em anexo ao parecer.

É o parecer.

Sala das Sessões, em


Deputada **Anilcéia Machado**
Relatora

Em tempo: o presente parecer sofreu retificação quanto às emendas de n.ºs. 67, 132 e 133. Preliminarmente, as emendas n.ºs. 67, 132 e 133 foram rejeitadas passando, com a presente retificação, a ser consideradas acatadas.


Deputada **Anilcéia Machado**
Relatora

379020
Digicert

Assessoria de Plenário
P.R. N.º 53 / 100
Folha n.º 320

PARECER12/00



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 03 2001	9h35min	CDC	2

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, sugiro que as reuniões sejam realizadas alternadamente com as reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, ou seja, se a reunião da Comissão de Assuntos Sociais está marcada para a primeira e a terceira semana do mês, que a Comissão de Defesa do Consumidor seja marcada para a segunda e a quarta semana do mês. Então, a nossa proposta é que a reunião seja realizada às quartas-feiras, às 14h30min.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - Consulto os demais Deputados se aceitam essa proposta.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, estou de acordo com a proposta e sugiro a V.Exa. que possamos realizar bastantes debates e seminários com relação a esse assunto que é muito importante para esta Casa e para a sociedade.

Sr. Presidente, desejo a V.Exa. toda a sorte. Apesar de ser suplente desta Comissão, V.Exa. pode contar com o nosso apoio integral para as realizações de debates, de seminários, do que for necessário para o funcionamento desta importante Comissão que surgiu na Câmara Legislativa com o objetivo de mudar aquele triste quadro dos anos anteriores - quando as comissões não funcionavam.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - Obrigado, Deputado Paulo Tadeu.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 03 2001	9h35min	CDC	4

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizá-lo. Desejo a V.Exa. muito sucesso na Presidência desta Comissão, que considero uma das mais importantes da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - Muito obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy.

DEPUTADO JORGE CAUHY - Sr. Presidente, parabéns. Penso que a escolha foi muito acertada. Colocaram o homem certo no seu devido lugar.

Tenho certeza de que V.Exa. fará esta Comissão funcionar. Vou dar um conselho a V.Exa.: quando a comissão que eu presidia não funcionava, eu falava no plenário que os membros eram uns irresponsáveis e mandava carta para S.Exas. S.Exas. ficavam cientes das reuniões por intermédio de um ofício que eu mandava.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - Muito obrigado, Deputado Jorge Cauhy, Paulo Tadeu e Rodrigo Rollemberg pela presença de V.Exas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h43min.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@ cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 -- 3966 8423



4. ATIVIDADES DE 2003 A 2007: RELATÓRIOS



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES DA
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
CDC**

MARÇO/04

Presidente: Deputado BRUNELLI

Secretário: Dezival Ribeiro dos Reis Júnior

REUNIÕES REALIZADAS

ORDINÁRIAS	01
EXTRAORDINÁRIAS	01
TOTAL	02

	00	Indicação	03
--	----	-----------	----

CHICO LEITE	Presente	Presente	Presente
ODILON AIRES	Presente	Presente	Presente
CARLOS XAVIER	Ausente	Presente	Presente
CHICO FLORESTA	Ausente	Ausente	Ausente
IZALCI LUCAS	Presente	Presente	Presente
GIM ARGELLO	Presente	Presente	Ausente
JORGE CAUHY	Ausente	Presente	Ausente

RESUMO DAS PROPOSIÇÕES

Projeto de Lei n.º 3599/98, que estabelece normas que identificam os responsáveis pela publicidade de serviços pornográficos.

Autor: Dep. Carlos Xavier

Relator: Dep. Chico Floresta

Situação: Com o relator – desde 29/05/03

Projeto de Lei n.º 3692/98, que proíbe. No âmbito do DF, serviço telefônico de ligações eróticas com discagem a cobrar.

Autor: Dep. Carlos Xavier

Relator: Dep. Odilon Aires

Parecer: Contrário

Situação: Arquivado

Projeto de Lei n.º 480/99, que determina a fixação de placas em farmácias e drogarias informando aos consumidores o nome e o n.º de inscrição do CRF do farmacêutico responsável pelo estabelecimento.

Autor: Dep. Gim Argello

Relator: Dep. Chico Leite

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 1355/00, que determina a instalação de balanças em estabelecimentos que comercializem alimentos e que ocupem área interna mínima de 400 metros quadrados, e dá outras providências.

Autor: Dep. Benício Tavares

Relator: Dep. Chico Leite

Situação: Pedido de vistas coletivo. Com o Deputado Izalci Lucas (Pronto para entrar em pauta)

Projeto de Lei n.º 1518/00, que dispõe sobre a implementação da agricultura urbana do DF.

Projeto de Lei n.º 114/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias, prestadoras de serviços de telefonia fixa, individualizarem, nas faturas, as informações que especifica, e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Odilon Aires

Situação: Com o relator (Pronto para entrar em pauta)

Projeto de Lei n.º 116/03, Veda a cobrança de débitos anteriores, não lançados nas faturas telefônicas no prazo que especifica e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Chico Floresta

Situação: Com o relator – desde 08/09/03

Projeto de Lei n.º 122/03, que estabelece normas de proteção dos consumidores de combustíveis e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Carlos Xavier

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 123/03, que institui a certidão negativa de violação dos direitos do consumidor e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Izalci Lucas

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 124/03, que desobriga o consumidor do pagamento de tarifas e taxas de consumo mínimas ou de assinatura básica, cobradas pelas concessionárias de serviços de água, luz, gás, TV a cabo e telefonia no DF, e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Chico Floresta

Situação: Com o relator – desde 29/05/03

Projeto de Lei n.º 125/03, que dispõe sobre a proibição de disponibilização, para o consumidor, de garrafas de vidro de bebida de qualquer natureza, nos locais que especifica e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Odilon Aires

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 126/03, que obriga os fornecedores a manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor, e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Carlos Xavier

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 151/03, que dispõe sobre o fornecimento de nada consta pelas empresas públicas e privadas fornecedores de serviços.

Autor: Dep. Anilcéia Machado

Relator: Dep. Izalci Lucas

Situação: Com o relator (Req. de prejudicialidade)

Projeto de Lei n.º 187/03 (Apensado ao PL n.º 361/03), que torna obrigatória a menção dos nomes do arquiteto e do engenheiro civil responsáveis pelos projetos técnicos de construção civil, nas hipóteses que menciona.

Autor: Dep. José Edmar

Relator: Dep. Izalci Lucas

Situação: Com o relator – desde: 26/08/03

Projeto de Lei n.º 221/03, que autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do DF.

Autor: Dep. Leonardo Prudente

Relator: Dep. Chico Floresta

Situação: Com o relator (Retirado de pauta)

Projeto de Lei n.º 224/03, que proíbe a exigência de depósito nos casos de atendimentos e internações emergenciais, em clínicas e hospitais privados localizados no DF e dá outras providências.

Autor: Dep. Paulo Tadeu

Relator: Dep. Izalci Lucas

Situação: Com o relator (Req. de prejudicialidade)

Projeto de Lei n.º 225/03, que dispõe sobre a exposição do Código de Proteção e Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no âmbito do DF.

Autor: Dep. Izalci Lucas

Relator: Dep. Chico Leite

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 244/03, que torna obrigatória a implantação de postos de atendimento ao consumidor, pelas empresas prestadoras de serviço de telefonia, em todas as cidades do DF.

Autor: Dep. Izalci Lucas

Relator: Dep. Odilon Aires

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 274/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de tabela de preços em casas noturnas, no âmbito do DF, e dá outras providências.

Autor: Dep. Benício Tavares

Relator: Dep. Odilon Aires

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 395/03, que obriga as distribuidoras de combustíveis, no Distrito Federal, a colocar lacres eletrônicos que controlem a abertura e o fechamento dos tanques dos postos de combustíveis que exibam sua marca e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Odilon Aires

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 437/03, que torna obrigatório à gratuidade do serviço de atendimento ao consumidor no âmbito do DF e dá outras providências.

Autor: Dep. Odilon Aires

Relator: Carlos Xavier

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 448/03, que dispõe sobre normas para estacionamento de Universidades e Faculdades no Distrito Federal e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Izalci Lucas

Situação: Com o relator – desde: 26/08/03

Projeto de Lei n.º 449/03, que dispõe sobre o instituto das matrículas nos estabelecimentos privados de Ensino Médio e Superior, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Carlos Xavier

Situação: Com o relator – desde 26/08/03

Projeto de Lei n.º 459/03, que dispõe sobre a divulgação de número telefônico pelos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Autor: Dep. Arlete Sampaio

Relator: Dep. Chico Leite

Situação: Aprovado

Projeto de Lei n.º 494/03, que autoriza o Distrito Federal a ampliar a rede de pontos de comercialização de passes estudantis.

Autor: Dep. Chico Floresta

Relator: Dep. Izalci Lucas

Situação: Com o relator – desde: 26/08/03

Projeto de Lei n.º 538/03, que revoga a lei n.º 2.802, de 24 de outubro de 2001, que ‘dispõe sobre o funcionamento do comércio aos domingos e feriados’ e dá outras providências.

Autor: Dep. Izalci Lucas

Relator: Dep. Carlos Xavier

Situação: Com o relator (Ver se foi retirado)

Projeto de Lei n.º 547/03, que dispõe sobre a divulgação de informações no rótulo do café torrado, moído e embalado no Distrito Federal.

Situação: Com o relator – desde: 08/09/03

Projeto de Lei n.º 714/03, que dispõe sobre a data de validade dos produtos em promoção, na forma que especifica.

Autor: Dep. Eliana Pedrosa

Relator: Dep. Izalci Lucas

Situação: Com o relator – desde: 06/10/03

Projeto de Lei n.º 737/03, que dispõe sobre o direito de privacidade assegurado aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do Distrito Federal, no que tange à oferta invasiva de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica.

Autor: Dep. Erika Kokay

Relator: Dep. Carlos Xavier

Situação: Com o relator

Projeto de Lei n.º 1908/01, que torna obrigatória a fixação, pelos postos revendedores de produtos de combustíveis, dos preços de compra de álcool, do óleo diesel e da gasolina, junto às distribuidoras.

Autor: Dep. Chico Floresta

Relator: Dep. Izalci Lucas

Parecer: Favorável

Situação: Aprovado

Indicação n.º 87/03, que sugere ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios a instalação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.

Autor: Dep. Chico Leite

Relator: Dep. Odilon Aires

Parecer: Favorável

Situação: Aprovada

Indicação n.º 846/03, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a implantação de um posto do PROCON/DF, na região administrativa do Cruzeiro – RA – XI.

Autor: Dep. Izalci Lucas

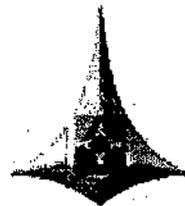
Situação: Aprovado

Indicação n.º 1004/03, sugere ao Poder Executivo, por intermédio do PROCON, a instalação de posto desse órgão de fiscalização, as cidades do Distrito Federal que ainda não contam com tal serviço de atendimento, quais sejam: Águas Claras; Candangolândia; Cruzeiro; Lago Norte; Lago Sul; Paranoá; Park Way; Recanto das Emas; Riacho Fundo; Riacho Fundo II; Samambaia; São Sebastião; Sudoeste e Varjão.

Autor: Dep. Eliana Pedrosa

Situação: Aprovado

Requerimento n.º 06/03, que requer ao Senhor Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor a convocação de Audiência Pública para discussão do PL 221/03, que “autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do DF”.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES DA
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

14 DE DEZEMBRO DE 2004

MEMBROS DA COMISSÃO:

- Presidenta: **Dep. Erika Kokay**
- Vice – Presidente: **Dep. Wilson Lima**
Dep. Expedito Bandeira
Dep. Fábio Barcellos
Dep. Augusto Carvalho

Pronto para entrar em pauta	01	Projeto de Lei	53
Com o relator	08		
Pediu Vistas	01	Indicação	03
À distribuir	04		
Rejeitado	01	Requerimento	12
Arquivado pelo SACP	01		
Subtotal	22	Subtotal	68

TOTAL = 90

**LISTA DE PRESENÇA ÀS REUNIÕES DOS DEPUTADOS MEMBROS
DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC**

TITULARES

Presidente: Deputada Erika Kokay
Vice-Presidente: Deputado Wilson Lima
Membro: Deputado Expedito Bandeira
Membro: Deputado Fábio Barcellos
Membro: Deputado Augusto Carvalho

SUPLENTES

Deputado Paulo Tadeu
Deputado Wigberto Tartuce
Deputado Eliana Pedrosa
Deputado Peniel Pacheco
Deputado Leonardo Prudente

REUNIÕES ORDINÁRIAS

REUNIÕES	1ª(s/q)	2ª	3ª	4ª	5ª (s/q)	6ª(s/q)	7ª	8ª(s/q)
----------	---------	----	----	----	----------	---------	----	---------

consumidores. Os temas centrais apresentados foram: violência e abuso sexuais ocorridos nos transportes piratas, ineficácia e péssimo aparelhamento dos órgãos de fiscalização competentes, a “lavagem” de vale-transportes, a falta de planejamento e integração das linhas de transporte no Distrito Federal.

- **Operação de Fiscalização em Supermercado (03 de setembro)** convocada e coordenada pela Comissão, juntamente com o Ministério Público do Distrito Federal, Delegacia do Consumidor, Divisão de Vigilância Sanitária do DF e Delegacia Regional do Trabalho. Mediante reunião preparatória prévia, foi averiguado o Supermercado Carrefour Norte (Plano Piloto), constatando-se várias irregularidades – cf. relatório anexo – tais como a apreensão de quase 5 toneladas de alimentos indevidos ao consumo.
- **Semana em Comemoração ao Aniversário do Código Brasileiro de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (de 13 a 17 de setembro):** o evento se compôs de uma audiência pública em comemoração à data realizada no Centro Universitário de Brasília (com a presença de autoridades e especialistas), uma palestra aos graduandos desta mesma instituição, duas aulas sobre “Direitos Básicos do Consumidor” para alunos do ensino médio de duas escolas públicas do Distrito Federal (Asa Norte e Brazlândia).
- **I Feirão de Impostos e Cidadania (16 de setembro).** Parte das comemorações do aniversário do Código de Defesa do Consumidor, este evento divulgou aos consumidores do Distrito Federal a composição dos preços de vários produtos e serviços, discriminando o que é preço bruto e carga tributária incidente. Realizado na Praça do Povo – Setor Comercial Sul – foi alcançado o objetivo de educá-los quanto à aos valores pagos ao Erário, fator essencial à cidadania.
- **Assinatura do Convênio para Fins de Prevenir e Repreender a Comercialização de Combustíveis Automotivos que Desatendam as Especificações Legais (06 de outubro de 2004),** em cooperação com o Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público Federal, Delegacia do Consumidor, Agência Nacional de Petróleo e Instituto de Defesa do Consumidor. O convênio foi assinado em ato solene, promovido no auditório do MPDFT.

Consumidor Uniceub-Brasilcon, Ministério Público do Distrito Federal, Secretaria de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, dentre outros.

- **Distribuição de Cartilha de Orientação ao Consumidor Usuário de Transportes Coletivos (11 de novembro).** Com o apoio do SINTETUR e da CUT, foram distribuídos, no terminal da Rodoviária de Brasília, 2 mil exemplares de um folder esclarecendo os consumidores quanto aos riscos de se utilizarem de transporte clandestino.
- **Audiência Pública para Discussão do PL 1.300/2004 (18 de setembro)** realizada em conjunto com o Centro Universitário de Brasília, no auditório desta instituição, com a presença de especialistas e de bacharelados do curso de Direito do Uniceub.
- **Audiência Pública para Discussão da Possibilidade de Instalação de Eliminador / Bloqueador de Ar nas Tubulações (14 de dezembro)** realizada na sede do Sindicato dos Condomínios de Brasília (ed. Venâncio 2000), contou com a presença do Ministério Público do Distrito Federal, representantes de condomínios residenciais e prefeituras comunitárias, entidade de defesa do consumidor e os dirigentes do sindicato dos condomínios. Discutiu-se, na oportunidade, a situação dos brasilienses que têm autorização legal para instalação dos aludidos aparelhos, mas se deparam com a proibição e multa da CAESB.

DENÚNCIAS APURADAS NO ÂMBITO DA CDC

DENÚNCIA nº 01/2004

- **DE:** Fátima Maria Teixeira Carmo de Souza
- **CONTRA:** Hospital Anchieta/Taguatinga-DF
- **FATO:** Negligência médica no atendimento da paciente Wanessa Teixeira Carmo e Sousa Santiago, que veio a óbito cinco dias após a internação.
- **ANDAMENTO:**

DENÚNCIA nº 02/2004

- **DE:** Jomar Miranda Rodrigues
- **CONTRA:** Supermercado Champion /Sobradinho-DF
- **FATO:** Venda limitada de produto em oferta.
- **ANDAMENTO:**

RESUMO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

1- PL 636/03

“DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS DE COMPRA DAS MERCADORIAS PELOS SUPERMERCADOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES EM FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR(A): Dep. Pedro Passos

RELATOR(A): Dep. Izalci Lucas

RESULTADO: Aprovado

2 - PL 573/03

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE ACIDENTES EM EVENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR(A): Dep. Izalci Lucas

RELATOR (A): Dep. Chico Leite

RESULTADO: Aprovado

3 - PL 901/03

“PROÍBE A COBRANÇA DE CONSUMAÇÃO MÍNIMA EM BARES E CASAS NOTURNAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR(A): Dep. Izalci Lucas e Fábio Barcellos

RELATOR(A): Dep. Carlos Xavier

RESULTADO: Aprovado

4 - PL 714/03

“DISPÕE SOBRE A INFORMAÇÃO SOBRE A DATA DE VALIDADE DOS PRODUTOS EM PROMOÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA”.

AUTOR(A): Dep Eliana Pedrosa

RELATOR(A): Dep Izalci Lucas

RESULTADO: Concedido vistas para o Dep. Wilson Lima

10- PL 132/03

“INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ENVIAREM AO PROCON CÓPIAS DAS RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR(A): Dep. Chico Leite

RELATOR(A): Dep. Chico Floresta

RESULTADO: Aprovado

11 - PL 547/03

“DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO RÓTULO DO CAFÉ TORRADO, MOÍDO E EMBALADO NO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR(A): Dep. Peniel Pacheco

RELATO(A): Dep. Chico Floresta

RESULTADO: Aguardando deliberação do Presidente da CLDF acerca Requerimento de prejudicialidade do Dep. Izalci Lucas.

12 - PL 547/03

“DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO RÓTULO DO CAFÉ TORRADO, MOÍDO E EMBALADO NO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR(A): Dep. Peniel Pacheco

RELATOR(A): Dep. Chico Floresta

RESULTADO: Aprovado

13 - PL 573/03

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE ACIDENTES EM EVENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR (A): Dep. Izalci Lucas.

RELATOR (A): Dep. Chico Leite

RESULTADO: Aprovado o parecer com emenda modificativa.

14 - PL 901/03

“PROÍBE A COBRANÇA DE CONSUMAÇÃO MÍNIMA EM BARES E CASAS NOTURNAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR (A): Dep. Izalci Lucas e Fábio Barcellos.

RELATOR (A): Dep. Carlos Xavier

RESULTADO: Aprovado o parecer com emenda aditiva.

MANEIRA CLARA E INEQUÍVOCA A COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR(A): Dep. Peniel Pacheco

RELATOR(A): Dep. Fábio Barcellos

RESULTADO: Aprovado o parecer.

20 – PL 1024 / /04

“DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE POSTOS DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, PELAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE TELEFONIA, EM TODAS AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR(A): Dep. Izalci Lucas

RELATOR(A): Dep. Wilson Lima

RESULTADO: Aprovado o parecer com uma emenda modificativa e uma aditiva.

21 – PL 834/03

“DISPÕE SOBRE A VENDA DE PRODUTOS TRANSGÊNICOS GENETICAMENTE MODIFICADOS”.

AUTOR(A): Dep. Benício Tavares

RELATOR(A): Dep. Wilson Lima

RESULTADO: Concedido Vistas ao Dep. Paulo Tadeu.

22 – PL 1030 /04

“DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE PENALIDADES PELO ATRASO NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS, DESPORTIVOS E SOCIAIS, COM COBRANÇA DE INGRESSO, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR(A): Dep. Izalci Lucas

RELATOR(A): Dep. Wilson Lima

RESULTADO: Aprovado o parecer na forma do substitutivo.

23 – IND 2099/04

“SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE GOVERNO A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PARA IMEDIATA REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 3.228, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2003, ATRIBUINDO-SE AO INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR-PROCON A FISCALIZAÇÃO, A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES E A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NA REFERIDA LEI, FACULTANDO-SE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE

RESULTADO: Aprovado

28 – PL 1142/03

“ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE PARA OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFIXAREM NORMAS RELATIVAS À FORMA DE RECEBIMENTO DE VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR(A): Dep Jorge Cauhy

RELATOR(A): Dep Brunelli.

RESULTADO: Aprovado

29 – PL 2262/01

“TORNA OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO POR PARTE DA CAMPANHA DE ÁGUA ESGOTO DE BRASÍLIA – CAESB E DA CAMPANHA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB, DA NOTA FISCAL/FATURA DE SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA NO ATO DA LEITURA DOS DADOS DOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO (HIDRÔMETRO E DO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA), EM TODO O DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR(A): Dep João de Deus.

RELATOR(A): Dep Wilson Lima.

RESULTADO: Aprovado

30- 1181/04

“VEDA ÀS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS OU PERMISSONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL INFORMAR OU REGISTRAR INADIMPLENTO DE CONSUMIDOR EM BANCO DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES”.

AUTOR(A): Dep Eliana Pedrosa.

RELATOR(A): Dep Wilson Lima.

RESULTADO: Aprovado

31- PL 834/03

“DISPÕE SOBRE A VENDA DE PRODUTOS TRANSGÊNICOS GENETICAMENTE MODIFICADOS”.

AUTOR(A): Dep. Benício Tavares

RELATOR(A): Dep. Wilson Lima

RESULTADO: Concedido Vistas ao Dep. Fábio Barcellos.

RELATOR: Dep. Wilson Lima
RELATOR AD HOC – Augusto Carvalho
RESULTADO: Aprovado

37 – PL 829/03

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PRESENÇA DE FISCAIS DO INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON E DO JUIZADO DE MENORES EM EVENTOS DE PÚBLICO SUPERIOR A 5 MIL PESSOAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR: Dep. Pedro Passos
RELATOR: Dep. Wilson Lima
RELATOR AD HOC – Fábio Barcellos
RESULTADO: Aprovado

38 – PL 878/03

“ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER, EM AMBIENTE SEPARADO, DENTRO DOS ESTABELECIMENTOS QUE ESPECIFICA, OS PRODUTOS QUE CAUSEM DEPENDÊNCIA QUÍMICA, COM A FIXAÇÃO DE ALERTA AOS CONSUMIDORES.”

AUTOR: Dep. Peniel Pacheco
RELATOR: Dep. Augusto Carvalho
RESULTADO: Aprovado

39 – PL 1050/04

“ DISPÕE SOBRE O PRAZO DE POSTAGEM DOS BOLETOS BANCÁRIOS, DOCUMENTOS COBRANÇA OU SIMILARES POR PARTE DAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO PARA CLIENTES RESIDENTES NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.”

AUTOR: Dep. Pedro Passos
RELATOR: Dep. Brunelli
RESULTADO: Retirado de Pauta

40 – PL 1062/04

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA COLOCAÇÃO DE CARDÁPIOS, COM SEUS RESPECTIVOS PREÇOS, NA PARTE EXTERNA DE RESTAURANTES E SIMILARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTOR: Dep. Benício Tavares

“DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO CADASTRO ANUAL DAS EMPRESAS QUE NÃO RECONHECERAM OS DIREITOS DOS CONSUMIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORA: Dep(a). Erika Kokay

**RELATOR: Dep. Fábio Barcellos – AD HOC – Dep. Expedito
Bandeira**

RESULTADO: Aprovado o parecer com emenda supressiva.

46 – PL 459/2003

“DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE NÚMERO TELEFÔNICO PELOS ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE”.

AUTORA: Dep(a). Arlete Sampaio

RELATORA: Dep(a). Erika Kokay

RESULTADO: Rejeitadas as emendas supressiva e modificativa propostas pela CCJ.

47 –REQUERIMENTO Nº 002/2004

“REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PARA DISCUTIR COM A SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR A EXPOSIÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS PRÉ-MEDIDOS”.

AUTORA: Dep(a). Arlete Sampaio

RESULTADO: Aprovado

48 - REQUERIMENTO Nº 003/2004

“REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NESTA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, COM OBJETIVO DE DISCUTIR A QUALIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL E A FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE CLANDESTINO”.

AUTORA: Dep(a). Erika Kokay

RESULTADO: Aprovado

49 - REQUERIMENTO Nº 004/2004

“REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NESTA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR COM OBJETIVO DE DISCUTIR A SITUAÇÃO DOS USUÁRIOS DE PLANO DE SAÚDE NO DISTRITO FEDERAL”.

AUTORA: Dep(a). Erika Kokay

FINANCEIRAS E CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTOR: Dep. Jorge Cauhy

RELATORA: Dep. Erika Kokay

RESULTADO: ADIADO – Vistas Deputado Wilson Lima

55 – PL 1278/04

“DISPÕE SOBRE A DEVOLUÇÃO DE CD’S PROMOCIONAIS NO DISTRITO FEDERAL E DÁ PROVIDÊNCIAS.”

AUTOR: Dep. Chico Floresta

RELATORA: Dep. Erika Kokay

RESULTADO: Aprovado

56 – PL 1300/04

“DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS PRÉ-MEDIDOS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE VENDAS NO VAREJO”.

AUTORA: Dep. Arlete Sampaio

RELATORA: Dep. Erika Kokay

RESULTADO: Aprovado

57 – PL 115/03

“VEDA ÀS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS, PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELEFONIA FIXA, A EMISSÃO DE DIFERENTES FATURAS DAS CONTAS TELEFÔNICAS LOCAIS, INTERUBANAS E INTERNACIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTOR: Dep. Chico Leite

RELATOR: Dep. Fábio Barcellos

RESULTADO: Aprovado

58 - PL 1370/04

“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA POR EMISSÃO DE CARNÊ OU BOLETO BANCÁRIO, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR: Dep. Benício Tavares

RELATOR: Dep. Wilson Lima

RESULTADO: Aprovado

59 – PL 1439/04

RELATOR: Dep. Augusto Carvalho
RESULTADO: Aprovado

64 – PL 1124/04

“IMPEDE QUE AS EMPRESAS PRESTADORAS DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL ESTABELEÇAM, NOS CASOS QUE ESPECIFICA, CLÁUSULAS DE FIDELIZAÇÃO NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: Dep. Chico Leite

RELATOR: Dep. Fábio Barcellos

RESULTADO: Aprovado

65 – PL 1150/03

“DISPÕE SOBRE O PRAZO DE POSTAGEM DOS BOLETOS BANCÁRIOS, DOCUMENTOS DE COBRANÇA OU SIMILARES POR PARTE DAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO PARA CLIENTES RESIDENTES NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL”.

AUTOR: Dep. Pedro Passos

RELATOR: Dep. Wilson Lima

RESULTADO: Aprovado

66 - PL 1163/04

“DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE DESCARGA DE COMBUSTÍVEIS NOS POSTOS DE DESCARGA DE COMBUSTÍVEIS NOS POSTOS DE ABASTECIMENTO, LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL”.

OBS: DELIBERAÇÃO DA EMENDA ADITIVA Nº 01 APRESENTADA NA CCJ.

AUTORES: Dep(s). : Eurides Brito;
Chico Vgilante;
Augusto Carvalho;
Pedro Passos;
Eliana Pedrosa.

RELATORA: Dep. Erika Kokay

RESULTADO: Aprovado

67 – PL 955/03

“CRIA NORMAS PARA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE

MANOBRISTA E GUARDA DE VEÍCULOS QUE PRESTAM SERVIÇOS A ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E AFINS, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTOR: Peniel Pacheco

RELATOR: Fábio Barcellos

RESULTADO: Aprovado

68 – PL 1225/04

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONSTAR NA MESMA ESCALA O DESENHO DO PROJETO E DO MOBILIÁRIO, DECORATIVO OU NÃO, NAS PEÇAS PUBLICITÁRIAS DAS OBRAS E EDIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: Dep. Chico Floresta

RELATOR: Dep. Fábio Barcellos

RESULTADO: Aprovado

69 – PL 1347/04

“DISPÕE SOBRE A OFERTA E VENDA DE PRODUTOS IMPRÓPRIOS AO USO E CONSUMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: Dep. Pedro Passos

RELATOR: Dep. Augusto Carvalho

RESULTADO: ADIADO – Vistas Deputado Fábio Barcellos

70 - IND 2786/04

“SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TJDF A CRIAÇÃO DE UMA VARA PREVENTIVA DE CONFLITOS, NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DE TELEFONIA”.

AUTOR: Dep. Chico Leite

RESULTADO: Aprovado

71 – RQ 11/2004

“REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CLDF, PARA SE DISCUTIR SOBRE O REAJUSTE DAS MENSALIDADES DAS ESCOLAS PARTICULARES,



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DEZEMBRO DE 2005

Deputado CHICO VIGILANTE
Presidente da Comissão

Sanitária, o INMETRO, a Delegacia Regional do Trabalho, e outros, com vistas à melhor articulação dos recursos e maior planejamento das atividades. Como resultado dessa união de esforços, a CDC conseguiu realizar um seminário, duas audiências públicas e várias operações de fiscalização (blitz), cujas ações repercutiram em todo o Distrito Federal.

II.1 – Lista de presença dos Deputados nas reuniões

Segue, abaixo, tabela contendo a lista de presença dos Deputados nas reuniões da CDC.

REUNIÃO	DATA	DEPUTADOS					
		CHICO VIGILANTE	WILSON LIMA	BENÍCIO TAVARES	EXPEDITO BANDEIRA	MARIA DA GUIA	PENIEL PACHECO
1ª R.E.	01.03.05	presente	ausente	ausente	presente	**	ausente
1ª R.O.	07.03.05	presente	ausente	ausente	ausente	**	ausente
2ª R.O.	21.03.05	presente	ausente	presente	presente	**	ausente
3ª R.O.	04.04.05	presente	presente	presente	presente	**	presente
4ª R.O.	02.06.05	presente	presente	ausente	*	presente	ausente
5ª R.O.	18.08.05	presente	ausente	ausente	*	presente	ausente
2ª R.E.	25.08.05	presente	ausente	ausente	*	presente	presente
6ª R.O.	08.12.05	ausente	presente	ausente	*	ausente	ausente

* Nessas ocasiões o Deputado Expedito Bandeira já não era membro da CDC.
** A Deputada Maria da Guia ainda não havia assumido a vaga de Deputada Distrital.

Tabela nº 3 – Lista de presença dos Deputados nas reuniões da CDC

audiência pública que aconteceu no 21 de junho de 2005, no auditório da Câmara Legislativa.

O evento que contou com a participação do Corpo de Bombeiros do DF, das principais distribuidoras de gás do país, do Ministério Público do DF e dos varejistas que atuam no DF, representados por seu sindicato, buscou demonstrar o caos reinante no mercado do GLP e a falta de fiscalização por parte do Poder Público.

Outra grande preocupação a respeito da comercialização de GLP é o seu armazenamento. Grandes tanques estão sendo enterrados nas superquadras do Plano Piloto sem que haja a padronização da edificação e a necessária fiscalização no sentido de evitar uma verdadeira catástrofe.

III.1.c – Audiência pública sobre a concorrência desleal entre os Centros de Formação de Condutores – CFC's.

A concorrência desleal entre Centros de Formação de Condutores – CFC's e a possível formação de cartel no setor foram objeto de discussão na audiência pública realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor. Diversos órgãos e entidades, dentre eles o Detran, participaram do debate que foi fundamental para discutir os rumos e a legislação relativa a formação dos motoristas que transitam em nossas ruas.

V – DAS PROPOSIÇÕES

01	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.835/2001 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicos e empresas privadas que prestam atendimento por telefone no território do distrito federal, de disponibilizar discagem direta gratuita e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO FLORESTA RELATORA: Deputada MARIA DA GUIA PARECER: Pela aprovação</p> <p>RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
02	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.908/2001 – Torna obrigatória a afixação, pelos postos revendedores de produtos de combustíveis, dos preços de compra do álcool, do óleo diesel e da gasolina junto às distribuidores.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO FLORESTA SITUAÇÃO: Pronto para entrar em pauta.</p>
03	<p>PROJETO DE LEI Nº 116/2003 – Veda a cobrança de débitos anteriores, não lançados nas faturas telefônicas no prazo que especifica, e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO LEITE RELATOR: Deputado CHICO VIGILANTE PARECER: Pela aprovação na forma do substitutivo apresentado pelo relator.</p> <p>RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
04	<p>PROJETO DE LEI Nº 138/2003 – Dispõe sobre a colocação de avisos nos estabelecimentos comerciais que utilizam forno de microondas.</p> <p>AUTOR: Deputado GIM ARGELLO SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado PENIEL PACHECO.</p>
05	<p>PROJETO DE LEI Nº 221/2003 – Autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do DF. (apensado ao PL nº 538/03, de autoria do Deputado Izalci Lucas).</p> <p>AUTOR: Deputado LEONARDO PRUDENTE RELATOR: Deputado WILSON LIMA PARECER: Pela aprovação na forma do substitutivo apresentado.</p> <p>PARECER: Aprovado em Plenário.</p>

	<p>AUTOR: Deputado CHICO FLORESTA RELATOR: Deputado CHICO VIGILANTE PARECER: Pela aprovação.</p> <p>RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
13	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.176/2004 – Institui normas para a instalação e funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e body piercing e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO LEITE SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado PENIEL PACHECO.</p>
14	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.206/2004 – Dispõe sobre as normas sanitárias e estabelece tratamento simplificado e diferenciado para a produção, processamento e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal, vegetal e de microrganismo/fungo no DF e dá outras providências.</p> <p>AUTORA: Deputada EURIDES BRITO SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado WILSON LIMA.</p>
15	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.222/2004 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nas peças publicitárias das obras e edificações a metragem da área privativa e da área total dos imóveis.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO FLORESTA RELATORA: Deputada MARIA DA GUIA PARECER: Pela aprovação do substitutivo aprovado na CCJ. RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
16	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.264/2004 – Dispõe sobre a divulgação do preço dos produtos combustíveis pelos postos no Distrito Federal.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO VIGILANTE SITUAÇÃO: Apensado ao PL nº 1.908/2001.</p>
17	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.328/2004 – Proíbe a cobrança de assinatura básica pelas empresas prestadoras de serviços de telefonia, fixa e móvel, no âmbito do Distrito Federal.</p> <p>AUTOR: Deputada WILSON LIMA RELATOR: Deputado BENÍCIO TAVARES PARECER: Pela aprovação.</p> <p>RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>

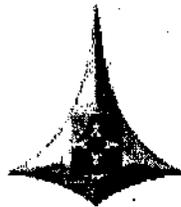
	<p>RELATOR: Deputado CHICO VIGILANTE PARECER: Pela aprovação.</p> <p>RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
24	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.597/2004 – Dispõe sobre o horário de funcionamento dos postos de abastecimento de combustíveis no Distrito Federal.</p> <p>AUTOR: Deputada IVELISE LONGHI RELATOR: Deputado EXPEDITO BANDEIRA PARECER: Pela aprovação.</p> <p>RESULTADO: Rejeitado o parecer do Relator por quatro votos contrários e um favorável. Indicado o Deputado Peniel Pacheco para elaborar o parecer do vencido.</p>
25	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.624/2004 – Dispõe sobre a obrigação de emissão de certidão anual de quitação de débitos, pelas empresas concessionárias prestadoras de serviços públicos de água, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, gás e similares, e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputada ÉRIKA KOKAY e CHICO FLORESTA</p> <p>SITUAÇÃO: Com a relatora, Deputada MARIA DA GUIA.</p>
26	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.640/2004 – Determina a concessão de desconto no preço de produtos e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO FLORESTA RELATOR: Deputado BENÍCIO TAVARES PARECER: parecer pela aprovação.</p> <p>RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
27	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.643/2004 – Altera a Lei nº 1.733, de 27 de outubro de 1997, que proíbe a comercialização de anabolizantes aos menores de dezoito anos no âmbito do Distrito Federal.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO FLORESTA</p> <p>SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado PENIEL PACHECO.</p>
28	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.647/2004 – Dispõe sobre a emissão de faturas em braille para os consumidores portadores de deficiência visual pelos concessionários de serviços públicos no Distrito Federal.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO VIGILANTE</p>

	<p>disponibiliza serviço de manobrista em seu estabelecimento responder por eventuais danos causados ao consumidor e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputada ÉRIKA KOKAY</p> <p>RELATOR: Deputado CHICO VIGILANTE</p> <p>SITUAÇÃO: Pronto para entrar em pauta.</p>
35	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.702/2005 – Dispõe sobre a afixação de tabelas de preços de todos os serviços e materiais disponibilizados pelos hospitais, clínicas, consultórios particulares e similares instalados no Distrito Federal.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO LEITE</p> <p>SITUAÇÃO: Pronto para entrar na pauta.</p>
36	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.706/2005 – Dispõe sobre a proibição de aparelho de radar móvel ou estático denominado aparelho de reconhecimento ótico de caracteres no Distrito Federal e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado GIM ARGELLO</p> <p>SITUAÇÃO: Pronto para entrar na pauta.</p>
37	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.712/2005 – Dispõe sobre a aquisição de linhas telefônicas, no Distrito Federal, pelo sistema telemarketing ou pela rede mundial de computadores – Internet e do local de atendimento aos usuários..</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO LEITE</p> <p>SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado PENIEL PACHECO.</p>
38	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.724/2005 – Proíbe que empresas cobrem pela prestação de serviços suspensos.</p> <p>AUTORA: Deputada EURIDES BRITO</p> <p>RELATOR: Deputado BENÍCIO TAVARES</p> <p>PARECER: Pela aprovação.</p> <p>RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
39	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.733/2005 – Dispõe sobre a afixação de orientações sobre o DPVAT (seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de vias terrestres) nos locais que especifica e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado ELIANA PEDROSA</p> <p>SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado PENIEL PACHECO.</p>
40	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.754/2005 – Dispõe sobre a vedação aos estabelecimentos comerciais, localizados no âmbito do Distrito Federal, da exigência de tempo mínimo de</p>

	<p>outras providências. AUTOR: Deputado CHICO LEITE SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado PENIEL PACHECO.</p>
46	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.765/2005 – Dispõe sobre a convocação, no Distrito Federal, de consumidores para saneamento de veículos automotores e dá outras providências. AUTOR: Deputado CHICO LEITE RELATOR: Deputado BENÍCIO TAVARES PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
47	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.766/2005 – Dispõe sobre os minutos não utilizados pelos consumidores usuários dos planos pós-pagos de telefonia móvel. AUTOR: Deputado CHICO LEITE SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado WILSON LIMA.</p>
48	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.771/2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de serviços telefônicos personalizados pelas empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, instituições financeiras, seguradoras e dá outras providências. AUTOR: Deputado CHICO VIGILANTE SITUAÇÃO: Com o Deputado EXPEDITO BANDEIRA.</p>
49	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.776/2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de espaços em shopping centers, feiras e exposições para instalação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito do Distrito Federal. AUTOR: Deputado BENÍCIO TAVARES RELATOR: Deputado CHICO VIGILANTE PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o parecer.</p>
50	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.799/2005 – Proíbe a veiculação de propaganda de bebidas alcoólicas e de cigarros, charutos e derivados do tabaco em painéis e similares, às margens das rodovias do Distrito Federal. AUTOR: Deputado BRUNELLI SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado CHICO VIGILANTE.</p>
51	<p>PROJETO DE LEI Nº 1.806/2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações nutricionais de produtos fabricados nos próprios estabelecimentos</p>

	<p>que, indevidamente, remeter título do consumidor a protesto em cartório e estabelece outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado WILSON LIMA</p> <p>SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado CHICO VIGILANTE.</p>
58	<p>PROJETO DE LEI Nº 2.023/2005 – Dispõe sobre o prazo de postagem dos boletos bancários, documentos de cobrança ou similares por parte das empresas e entidades do setor público e privado para clientes residentes no Distrito Federal.</p> <p>AUTOR: Deputado WILSON LIMA</p> <p>SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado PENIEL PACHECO.</p>
59	<p>PROJETO DE LEI Nº 2.066/2005 – Obriga as empresas de telefonia fixa a informar, através de mensagem de voz, sempre que o usuário passar o consumo de sua franquia e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado PENIEL PACHECO</p> <p>SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado CHICO VIGILANTE.</p>
60	<p>PROJETO DE LEI Nº 2.098/2005 – Altera a Lei nº 3.473, de 27 de outubro de 2004, que dispõe sobre o direito de privacidade assegurado aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do Distrito Federal, no que tange à oferta invasiva de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica.</p> <p>AUTOR: Deputado PAULO TADEU</p> <p>SITUAÇÃO: Pronto para entrar em pauta.</p>
61	<p>PROJETO DE LEI Nº 2.176/2005 – Altera a Lei nº 3.557, de 18 de janeiro de 2005 que dispõe sobre a individualização de instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais e de uso misto e nos condomínios residenciais do Distrito Federal, e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado FÁBIO BARCELLOS</p> <p>SITUAÇÃO: Com a relatora, Deputada MARIA DA GUIA.</p>
62	<p>PROJETO DE LEI Nº 2.183/2005 – Disciplina os procedimentos relativos ao cancelamento dos serviços contratados via telefone ou Internet, e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO LEITE</p> <p>SITUAÇÃO: Com o relator, Deputado BENÍCIO TAVARES.</p>
63	<p>PROJETO DE LEI Nº 2.197/2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito, administradoras de cartões de afinidade e empresas correlatas a fornecerem correspondências impressas no sistema</p>

	<p>cidadão, disponibilizando a eles mobiliário adequado: cadeiras, bancos, balcão de atendimento, etc.</p> <p>AUTORA: Deputada ELIANA PEDROSA</p> <p>RESULTADO: Aprovada.</p>
70	<p>INDICAÇÃO Nº 3.501/2005 – Sugere ao Poder Executivo agilizar as providências quanto à instalação de hidrômetro individual no Condomínio Residencial Mirante da Serra.</p> <p>AUTOR: Deputado ANILCÉIA MACHADO</p> <p>RESULTADO: Aprovada.</p>
71	<p>INDICAÇÃO Nº 3.711/2005 – Sugere à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a construção de uma escola de ensino fundamental no Setor QS 11, em Águas Claras.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO FLORESTA</p> <p>RESULTADO: Aprovada.</p>
72	<p>INDICAÇÃO Nº 4.141/2005 – Sugere à ilustríssima senhora diretora-Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON, a execução de medidas administrativas e normativas tendentes a dar eficácia e aplicabilidade à Lei nº 3.580, de 12 de abril de 2005, que dispõe sobre a divulgação trimestral da relação de reclamações contra fornecedores de produtos e serviços, e dá outras providências, bem como sugere a manutenção na página do PROCON-DF na Internet, para consultas <i>on-line</i>, da relação de reclamações contra fornecedores de produtos e serviços, em adequação ao sete do sistema nacional de informações de defesa do consumidor(SINDEC), do Ministério da Justiça – SINDEC/MJ, lançado em 13 de novembro de 2005.</p> <p>AUTOR: Deputado CHICO LEITE</p> <p>SITUAÇÃO: Pronto para entrar em pauta.</p>
73	<p>INDICAÇÃO Nº 4.146/2005 – Sugere ao Senhor Diretor-Geral do Banco de Brasília – BRB, a urgente implantação de uma agência ou posto de atendimento nas imediações do condomínio Santos Dumont na cidade de Santa Maria – RA-XIII.</p> <p>AUTOR: Deputado BRUNELLI</p> <p>SITUAÇÃO: Pronto para entrar em pauta.</p>
74	<p>INDICAÇÃO Nº 4.346/2005 – Sugere ao excelentíssimo senhor diretor-presidente do Banco de Brasília S.A., - BRB, a implantação de posto bancário na feira do produtor, na Região Administrativa de Ceilândia – RA-IX.</p> <p>AUTOR: Deputado PEDRO PASSOS.</p> <p>SITUAÇÃO: Pronto para entrar em pauta.</p>



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DEZEMBRO DE 2006

Deputado CHICO VIGILANTE
Presidente da Comissão

III – DAS REUNIÕES

Em 2006, devido ao calendário eleitoral, a CDC realizou apenas uma reunião na qual foram discutidas quinze proposições, sendo onze projetos de lei e quatro indicações.

Além dessas, existem outras que continuam sua tramitação no âmbito desta Comissão. Na tabela abaixo podemos visualizar a quantidade de proposições, por espécie, e o estágio da tramitação no qual se encontra.

Nº	ESTÁGIO DA TRAMITAÇÃO	PROJETO DE LEI	INDICAÇÃO	TOTAL
01	Prazo para apresentação de emendas	0	---	0
02	Designação de relatores	1	---	1
03	Prazo para relatoria	24	---	24
04	Pronto para entrar na pauta	10	1	11
05	Apensamento	0	---	0
06	Tramitação suspensa / arquivamento	2	0	2
TOTAL		37	1	38

Tabela nº 2 – Distribuição quantitativa de proposições por estágio de tramitação

III.1 – Lista de presença dos Deputados nas reuniões

Segue, abaixo, tabela contendo a lista de presença dos Deputados nas reuniões da CDC.

REUNIÃO	DATA	DEPUTADOS				
		CHICO VIGILANTE	WILSON LIMA	BENÍCIO TAVARES	PENIEL PACHECO	RONEY NEMER
3ª R.O.	18.05.06	presente	presente	ausente	ausente	Presente

Tabela nº 3 – Lista de presença dos Deputados nas reuniões da CDC

RELATOR: Deputado WILSON LIMA

PARECER: Pela aprovação.

RESULTADO: aprovado.

- 06 PROJETO DE LEI Nº 1.712/05 – Dispõe sobre a aquisição de linhas telefônicas, no Distrito Federal, pelo sistema telemarketing ou pela rede mundial de computadores – Internet e do local de atendimento aos usuários.

AUTOR: Deputado CHICO LEITE

RELATOR: Deputado PENIEL PACHECO

PARECER: Pela aprovação.

RESULTADO: aprovado.

- 07 PROJETO DE LEI Nº 1.733/2005 – Dispõe sobre a afixação de orientações sobre o DPVAT (seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de vias terrestres) nos locais que especifica e dá outras providências.

AUTORA: Deputada ELIANA PEDROSA

RELATOR: Deputado PENIEL PACHECO

PARECER: Pela aprovação.

RESULTADO: aprovado.

- 08 PROJETO DE LEI Nº 1.764/05 – Dispõe sobre o registro obrigatório de estabelecimentos comerciais que exercem atividades de compra, venda, troca ou permuta, consignação ou depósito de mercadorias usadas, reformadas ou recondiçionadas, e dá outras providências.

AUTOR: Deputado CHICO LEITE

RELATOR: Deputado PENIEL PACHECO

PARECER: Pela aprovação.

RESULTADO: aprovado.

- 09 PROJETO DE LEI Nº 1.799/05 – Proíbe a veiculação de propaganda de bebidas alcoólicas e de cigarros, charutos e derivados do tabaco em painéis e similares, às margens das rodovias do Distrito Federal.

AUTOR: Deputado BRUNELLI

RELATOR: Deputado CHICO VIGILANTE

PARECER: Pela aprovação.

- 14 INDICAÇÃO Nº 4.346/2005 – Sugere ao excelentíssimo senhor Diretor-Presidente do Banco de Brasília S.A. – BRB, a implantação de posto bancário na feira do produtor, a região administrativa de Ceilândia – RA-IX.
AUTOR: Deputado PEDRO PASSOS

RESULTADO: aprovada.

- 15 INDICAÇÃO Nº 4.571/2005 – Sugere ao excelentíssimo senhor Diretor-Presidente do Banco de Brasília S.A. – BRB, a implantação urgente de novas agências bancárias na Região Administrativa de Samambaia – RA-XII.
AUTOR: Deputado PEDRO PASSOS

RESULTADO: aprovada.

Brasília/DF, 11 de dezembro de 2006.



Sumário

1. Composição da Comissão de Defesa do Consumidor	3
1.1. Membros Titulares	3
1.2. Membros Suplentes	3
2. Introdução	3
3. Recursos Humanos	4
4. Principais Atividades do Setor	4
4.1. Reuniões Ordinárias	4
4.2. Reuniões Extraordinárias	7
4.3. Audiências Públicas	7
4.4. Sessões Solenês	7
4.5. Evento em comemoração aos 17 anos do Código de Defesa do Consumidor ...	8
5. Proposições Apreciadas	8
5.1. Projetos	8
5.2. Requerimentos	20
5.3. Indicações	21
6. Considerações Finais	28



A fim de detalhar as atividades realizadas, relativas ao Exercício de 2007, em cumprimento ao art. 78, inciso V, do RICLDF, levamos ao conhecimento de Vossas Excelências o relatório anual dos Trabalhos Legislativos da Comissão de Defesa do Consumidor – CDC.

3. Recursos Humanos

No seu quadro de pessoal, a CDC é composta por seis servidores de livre-provimento e dois servidores efetivos. São eles:

Joyce Guimarães Moraes
Secretária de Comissão

José Carlos A. de Carvalho
Auxiliar de Comissão

Alcides Gerardo da Silva
Auxiliar de Comissão

Milena Simas Marques
Assistente de Comissão

Cátia A. de O. A. Souza
Auxiliar de Comissão

Nilma Silva Araújo
Técnico Legislativo

Flávia Macedo da Cruz
Assistente de Comissão

Sabino Vasconcelos Ávila
Contínuo

4. Principais Atividades do Setor

4.1 Reuniões Ordinárias

Em conformidade ao art. 83 do RICLDF foram realizadas 11 reuniões ordinárias, das quais oito obtiveram quórum para apreciação de pauta e três foram encerradas sem apreciação de proposições por não haver quórum.

Segue o cronograma de realização das reuniões, bem como a relação dos deputados presentes e ausentes e a conclusão de cada uma delas.

1ª Reunião Ordinária

Data: 27/03/2007

Deputado(s) presente(s): Wilson Lima e Paulo Roriz

Deputado(s) ausente(s): Luzia de Paula, Rôney Nemer e Jaqueline Roriz



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Conclusão: Reunião realizada

7ª Reunião Ordinária

Data: 26/06/2007

Deputado(s) presente(s): Wilson Lima, Luzia de Paula e Rôney Nemer

Deputado(s) ausente(s): Paulo Roriz e Jaqueline Roriz

Conclusão: Reunião realizada

8ª Reunião Ordinária

Data: 07/08/2007

Deputado(s) presente(s): Wilson Lima, Paulo Roriz e Luzia de Paula

Deputado(s) ausente(s): Jaqueline Roriz e Rôney Nemer

Conclusão: Reunião realizada

9ª Reunião Ordinária

Data: 18/09/2007

Deputado(s) presente(s): Paulo Roriz e Luzia de Paula

Deputado(s) ausente(s): Rôney Nemer e Cristiano Araújo

Conclusão: Reunião não realizada por falta de quorum

Obs.: Os deputados Wilson Lima e Jaqueline Roriz estavam licenciados.

10ª Reunião Ordinária

Data: 16/10/2007

Deputado(s) presente(s): Luzia de Paula

Deputado(s) ausente(s): Paulo Roriz, Rôney Nemer e Cristiano Araújo

Conclusão: Reunião não realizada por falta de quorum

Obs.: Os deputados Wilson Lima e Jaqueline Roriz estavam licenciados.

11ª Reunião Ordinária

Data: 27/11/2007

Deputado(s) presente(s): Rôney Nemer, Jaqueline Roriz e Bispo Renato

Deputado(s) ausente(s): Paulo Roriz e Raimundo Ribeiro



Data: 15/03/2007

Tema: Dia Internacional do Consumidor

Sessão Solene Comemorativa

Data: 11/09/2007

Tema: 17 anos do Código de Defesa do Consumidor

4.5 Evento em comemoração aos 17 anos do Código de Defesa do Consumidor

A Comissão, junto à Defensoria Pública do DF, à Delegacia do Consumidor, à Promotoria de Defesa do Consumidor e ao PROCON/DF, realizou nos dias 11, 12 e 13 de Setembro de 2007, evento em comemoração aos 17 anos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Durante o evento, além da Sessão Solene, foram realizados mutirões de atendimento à população com o objetivo principal de informar os consumidores sobre seus direitos e sobre a competência de cada uma das entidades de defesa do consumidor.

Os locais nos quais ocorreram os mutirões foram: Samambaia, Ceilândia, Gama, Santa Maria e Rodoviária do Plano Piloto.

5. Proposições Apreciadas

5.1 Projetos

01 **Projeto de Lei nº 224/2003**

Autoria: Dep. Paulo Tadeu

Relatoria: Dep^a. Jaqueline Roriz

Proíbe a exigência de depósito prévio nos casos de atendimentos e internações emergenciais, em clínicas e hospitais privados localizados no Distrito Federal e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

02 **Projeto de Lei nº 1.076/2004**

Autoria: Dep. Peniel Pacheco



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecedor que disponibiliza serviço de manobrista em seu estabelecimento responder por eventuais danos causados ao consumidor e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

07 Projeto de Lei nº 1.702/2005

Autoria: Dep. Chico Leite

Relatoria: Dep. Paulo Roriz

Dispõe sobre a afixação de tabelas de preços de todos os serviços e materiais disponibilizados pelos hospitais, clínicas, consultórios particulares e similares instalados no Distrito Federal.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado com uma emenda supressiva.

08 Projeto de Lei nº 1766/2005

Autoria: Dep. Chico Leite

Relatoria: Dep^a. Luzia de Paula

Dispõe sobre os minutos não utilizados pelos consumidores usuários dos planos pós-pagos de telefonia móvel.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

09 Projeto de Lei nº 1.792/2005

Autoria: Dep. Paulo Tadeu

Relatoria: Dep. Paulo Roriz

Proíbe a exigência de contratação de provedor para a instalação de serviço de acesso à Internet por banda larga.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

10 Projeto de Lei nº 1.806/2005

Autoria: Dep. Pedro Passos

Relatoria: Dep^a. Jaqueline Roriz

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações nutricionais de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

privacidade assegurado aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do Distrito Federal, no que tange à oferta invasiva de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

15 Projeto de Lei nº 2.105/2005

Autoria: Deputados Chico Floresta e Chico Leite

Relatoria: Dep. Paulo Roriz

Dispõe sobre a divulgação dos custos de produção e veiculação de propaganda, informes e publicações de responsabilidade do Distrito Federal.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

16 Projeto de Lei nº 2.183/2005

Autoria: Dep. Chico Leite

Relatoria: Dep. Jaqueline roriz

Disciplina os procedimentos relativos ao cancelamento dos serviços contratados via telefone ou Internet, e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

17 Projeto de Lei nº 2.197/2005

Autoria: Dep. Pedro Passos

Relatoria: Dep. Rôney Nemer

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito, administradoras de cartões de afinidade e empresas correlatas a fornecerem correspondências impressas no sistema Braille, quando da sua solicitação.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado

18 Projeto de Lei nº 2.210/2005

Autoria: Deputado Pedro Passos

Relatoria: Dep. Roney Nemer

Dispõe sobre a obrigatoriedade de o fornecedor de gás de cozinha disponibilizar



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Retirado de Pauta.

23 Projeto de Lei nº 21/2007

Autoria: Dep. Pedro Passos

Relatoria: Dep. Wilson Lima

Dispõe sobre o envio de mensagem promocional denominada torpedo pelas empresas operadoras de telefonia celular e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

24 Projeto de Lei nº 22/2007

Autoria: Deputado Pedro Passos

Relatoria: Deputado Paulo Roriz

Dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de seguro de acidentes em eventos e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação com emenda.

Resultado: Aprovado

25 Projeto de Lei nº 26/2007

Autoria: Dep. Pedro Passos

Relatoria: Dep. Paulo Roriz

Dispõe sobre empréstimos concedidos aos servidores públicos do Distrito Federal.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

26 Projeto de Lei nº 41/2007

Autoria: Dep. Pedro Passos

Relatoria: Dep^a. Luzia de Paula

Dispõe sobre a criação da Cidade do Abastecimento no âmbito da Região Administrativa de Planaltina – RA VI e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado

27 Projeto de Lei nº 61/2007

Autoria: Dep. Dr. Charles



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer: Pela aprovação com duas emendas modificativas e uma supressiva do relator.

Resultado: Aprovado

32 **Projeto de Lei nº 151/2007**

Autoria: Dep^a.Jaqueline Roriz

Relatoria: Dep^a. Luzia de Paula

Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa por ponto adicional de instalação de uso de Internet.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

33 **Projeto de Lei nº 209/2007**

Autoria: Dep. Rogério Ulisses

Relatoria: Dep^a. Luzia de Paula

Disciplina a cobrança proporcional ao tempo utilizado, nos estacionamentos de veículos vinculados a estabelecimento comercial em geral, inclusive em *shopping centers*.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado com emenda.

34 **Projeto de Lei nº 218/2007**

Autoria: Dep. Reguffe

Relatoria: Dep. Paulo Roriz

Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa de emissão do diploma de conclusão de cursos que especifica e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação com emenda modificativa.

Resultado: Aprovado.

35 **Projeto de Lei nº 270/2007**

Autoria: Dep. Dr. Charles

Relatoria: Dep. Rôney Nemer

Institui o estatuto do cinéfilo e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.



Relatoria: Deputada Jaqueline Roriz

Trata do fornecimento de orçamentos sobre bens e serviços quando solicitados pelos consumidores e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado

41 **Projeto de Lei nº 356/2007**

Autoria: Dep. Batista das Cooperativas

Relatoria: Dep. Paulo Roriz

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas faturas mensais emitidas por concessionárias dos serviços públicos, de orientações sobre a racionalização do consumo de água e de energia elétrica, e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado

42 **Projeto de Lei nº 379/2007**

Autoria: Dep. Raad Massouh

Relatoria: Dep^a. Jaqueline Roriz

Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade no ato das operações com cartão de crédito e de débito em conta.

Parecer: Pela aprovação, com emenda de redação da relatora.

Resultado: Aprovado.

43 **Projeto de Lei nº 380/2007**

Autoria: Dep. Rogério Ulysses

Relatoria: Dep^a. Jaqueline Roriz

Altera a Lei nº 3557, de 18 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a individualização de instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais e nas de uso misto e nos condomínios residenciais do Distrito Federal e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

44 **Projeto de Lei nº 429/2007**

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Relatoria: Dep. Rôney Nemer



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, dos contratos firmados, por meio de Call Center e formas similares, aos contratantes e dá outras providências.

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

5.2 Requerimentos

01 Requerimento

Autoria: Dep. Alírio Neto e Depª Jacqueline Roriz

Requer à Comissão de Defesa do Consumidor a realização de Audiência Pública para discutir as questões do Passe Estudantil e da Meia-entrada para estudantes.

Resultado: Aprovado.

02 Requerimento nº 118/2007

Autoria: Dep. Rogério Ulysses, Dep. Aylton Gomes,

Dep. Berinaldo Pontes e Depª Luzia de Paula.

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor para tratar do assunto: Qualidade do Transporte Público do Distrito Federal.

Resultado: Aprovado

03 Requerimento nº 119/2007

Autoria: Dep. Rogério Ulysses, Dep. Aylton Gomes,

Dep. Berinaldo Pontes e Depª Luzia de Paula.

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor para tratar do assunto: Preço das Tarifas no Transporte Público do Distrito Federal.

Resultado: Aprovado.

04 Requerimento

Autoria: Dep. Pedro Passos

Requer a convocação dos representantes legais da empresa MB Engenharia Ltda, da Cooperativa Habitacional dos Servidores da Câmara dos Deputados (COOPERCÂMARA) e da Cooperativa Habitacional dos Profissionais de Comunicação do Distrito Federal (COOHAJ), para prestarem esclarecimentos à Comissão de Defesa do Consumidor, acerca da emissão de escritura de compra e venda de imóvel e outros



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Sugere ao ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A, a instalação de um posto de atendimento bancário na cidade do Riacho Fundo II, RA XXII.

Resultado: Aprovada.

06 **Indicação nº 1.594/2007**

Autoria: Dep. Alírio Neto

Sugere ao Senhor Diretor do DETRAN, excluir do CRLV gravame de alienação fiduciária, quando baixado pelo agente financeiro.

Resultado: Aprovada.

07 **Indicação nº 1.626/2007**

Autoria: Dep. Paulo Roriz

Sugere ao Banco de Brasília - BRB, a instalação de um posto de atendimento bancário na localidade de Engenho das Lages.

Resultado: Aprovada.

08 **Indicação nº 1.727/2007**

Autoria: Dep. Rôney Nemer

Sugere ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A, a instalação de um posto de atendimento bancário na cidade do Recanto das Emas, RA-XV.

Resultado: Aprovada

09 **Indicação nº 1.728/2007**

Autoria: Dep. Rôney Nemer

Sugere ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, a instalação de um posto de atendimento bancário na cidade do Recanto das Emas, RA-XV.

Resultado: Aprovada

10 **Indicação nº 1.774/2007**

Autoria: Dep. Batista das Cooperativas

Sugere ao Poder Executivo a descentralização de proteção e defesa do consumidor junto às administrações regionais e postos do "na hora".

Resultado: Aprovada

11 **Indicação nº 1.795/2007**

Autoria: Depª. Jaqueline Roriz

Sugere à presidência da Caixa Econômica Federal, a adoção de providências para



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

17 **Indicação nº 2.808/2007**

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere providências ao Ilustríssimo Senhor Diretor – Presidente do Instituto de Defesa do consumidor do Distrito Federal, (PROCON/DF) para a implantação de postos da instituição nas Estações do Metrô do Distrito Federal.

Resultado: Aprovada.

18 **Indicação nº 2.818/2007**

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, na Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV.

Resultado: Aprovada.

19 **Indicação nº 2.819/2007**

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, na Região Administrativa do Riacho Fundo – RA XVII.

Resultado: Aprovada.

20 **Indicação nº 2.821/2007**

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, na Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX.

Resultado: Aprovada.

21 **Indicação nº 2.822/2007**

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

26 Indicação nº 2.828/2007

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, na Região Administrativa do Guará – RA X.

Resultado: Aprovada.

27 Indicação nº 2.830/2007

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, na Região Administrativa da Santa Maria – RA XXIII.

Resultado: Aprovada.

28 Indicação nº 2.831/2007

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, na Região Administrativa de Braslândia – RA IV.

Resultado: Aprovada.

29 Indicação nº 2.834/2007

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Diretor Presidente do Banco do Brasil, a implantação de uma agência bancária na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII.

Resultado: Aprovada.

30 Indicação nº 2.939/2007

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Diretor do PROCON do Distrito Federal, gestões afim de que promovam cursos de capacitação permanente para os funcionários do PROCON.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, na Região Administrativa do Gama – RA II.

Resultado: Aprovada.

37 **Indicação nº 2.833/2007**

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V.

Resultado: Aprovada.

38 **Indicação nº 2.835/2007**

Autoria: Dep. Cristiano Araújo

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, a implantação de um posto do Programa de Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

Resultado: Aprovada.

6. Considerações Finais

A realização de eventos que visam a informação do cidadão consumidor, bem como a realização de audiências públicas, sessões solenes e reuniões, ordinárias e extraordinárias, obedecem não só ao Regimento Interno da Câmara Legislativa como também à Política Nacional de Relações de Consumo.

Tal Política tem como objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores; o respeito a sua dignidade, saúde e segurança; a proteção de seus interesses econômicos; a melhoria da sua qualidade de vida; bem como a transparência e harmonia das relações de consumo (Art. 4º do Código de Defesa do Consumidor).